

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Curso de Arquitetura e Urbanismo



CENTRO CÍVICO TABAIENSE

Acadêmica Juliana Vargas de Souza

Orientador: Luiz Carlos Schneider

Coordenadora: Alessandra Gobbi Santos

Santa Cruz do Sul, 04 de julho de 2024



“É necessário encontrar o equilíbrio certo entre o controle espacial e uma liberdade para permitir que as coisas aconteçam.”

Álvaro Siza



Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus e à minha amada família: aos meus pais, Adão e Vêti, por todo amor, apoio e incentivo; aos meus irmãos e cunhadas, por sempre estarem dispostos a me ajudar no que fosse; e aos meus sobrinhos, por ser a recarga da minha alma e fuga de todo cansaço e pressão. Agradeço também aos professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, compartilhando suas experiências e conhecimento, em especial ao meu orientador, Luiz Carlos Schneider, e à coordenadora, Alessandra Gobbi Santos. Aos excelentes profissionais que me deram a oportunidade de estagiar em seus escritórios, Paulo (Kappaun Arquitetura e Engenharia) e Joceline (Nova Arquitetura), que muito me ensinaram e contribuíram na minha formação. Por fim, agradeço à minha dupla Lisiane Fredrich pela amizade e companheirismo nesta caminhada.



Figuras

Figura 1 – Projeto do Centro Cívico de Curitiba, 1953	15
Figura 2 - Implantação do Centro Cívico com novos edifícios incorporados	15
Figura 3 - As escalas da cidade.....	16
Figura 4 - A praça dos três poderes, Brasília.	17
Figura 5 - Centro Cívico de Santo André, Rino Levi - Santo André/SP, 1965	18
Figura 6 - Contexto da localização do Município e Área de Estudo.....	21
Figura 7 - Mapa da área urbana de Tabaí.....	22
Figura 8 - Mapa do bairro Centro.....	23
Figura 9 - Diagrama topográfico do terreno	23
Figura 10 - Condicionantes do terreno.....	23
Figura 11 - Visuais do terreno.....	24
Figura 12 - Planta baixa da Prefeitura Municipal.....	25
Figura 13 - Infraestrutura da Prefeitura Municipal	25
Figura 14 - Infraestrutura da Câmara de Vereadores.....	26
Figura 15 - Infraestrutura da Câmara de Vereadores.....	26
Figura 16 - Praças de Tabaí	27
Figura 17 - Praça dos Queridos	27
Figura 18 - A praça Central.....	27
Figura 19 - Sede da ONU, NY	29
Figura 20 - Prefeitura de Tonder	30
Figura 21 – Setorização e acessos prefeitura de Tonder	30
Figura 22 - Auditório Público Curno	31
Figura 23 - Diagrama de setorização, eixos e acessos do Auditório de Curno.....	31
Figura 24 - Centro Cívico de Vaughan.....	32
Figura 25 - Fases de projeto	32
Figura 26 - Auditório de Lugo.....	33



Figura 27 - Relação do auditório com a topografia.....	33
Figura 28 - Diagrama de implantação localizando prefeitura, câmara de vereadores, espaços multiuso e símbolos.	34
Figura 29 - Relação da Prefeitura com a localização do setor que abriga os equipamentos das sec. de obras.	34
Figura 30 - Estacionamento/ Pavilhão de eventos	34
Figura 31 - Diagrama de localização.....	35
Figura 32 - Prefeitura de Fazenda Vila Nova	35
Figura 33 - Art. 69 do Código de Obras de Taboá	37
Figura 34 – Classificação dos compartimentos	37
Figura 35 – Área de ventilação	38
Figura 36 – Classificação das áreas de iluminação e ventilação	39
Figura 37 - Art. 95 do Código de Obras de Taboá e esquema ilustrativo de cálculo	39
Figura 38 – Classificação quanto a ocupação	40
Figura 39 – Classificação quanto a altura	40
Figura 40 – Dimensionamento das saídas de emergência	41
Figura 41 – Distâncias máximas em rota de fuga.....	42
Figura 42 - Escadas.....	42
Figura 43 – Dimensionamento de rampas.....	43
Figura 44 – Sanitários acessíveis.....	43
Figura 45 – Assentos públicos acessíveis.....	44
Figura 46 – Mobiliário acessível.....	44
Figura 47 – Espaço para PCR em plateias	45
Figura 48 – Ângulo visual em plateias.....	45
Figura 49- Diretrizes	47
Figura 50 - Qualidade dos ambientes externos e atividades ao ar livre	48
Figura 51 – Diretrizes para um espaço público de qualidade	48
Figura 52 - Setores das secretarias	51



Figura 53 - Organização geral do programa do Centro Administrativo do Poder Executivo .	51
Figura 54 - Organização geral do programa do Centro Administrativo do Poder Legislativo	56
Figura 55 – Organização geral do programa do Auditório	58
Figura 56 - Imagens ilustrativas de espaços lúdicos em praças.....	60
Figura 57 - Vista aérea para contextualização para a proposta	62
Figura 58 - Visuais valorizadas na proposta	62
Figura 59 - Diagrama de justificativa da proposta	63

Tabelas

Tabela 1 - Pontos de Referência indicados na figura 7	22
Tabela 2- Compartimentação da Prefeitura Municipal.....	25
Tabela 3 - Análise do crescimento populacional de Tabaí	49
Tabela 4 - Programa de Necessidades Poder Executivo	52
Tabela 5 - Programa de Necessidades Poder Legislativo	56
Tabela 6 - Programa de Necessidades Auditório	58



Sumário

1	TEMA	10
1.1	Introdução	10
1.2	Problematização.....	10
1.3	Justificativa.....	11
1.4	Objetivos	12
1.4.1	Objetivo Geral.....	12
1.4.2	Objetivos específicos.....	12
1.5	População alvo	12
1.6	Conceito	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	Centro Cívico.....	14
2.2	Praça	15
2.2.1	Tipos de Praça	15
2.2.2	Praça Simbólica.....	17
2.3	Instituições: entendendo o conceito.....	18
2.3.1	Centro administrativo.....	18
2.3.2	Equipamento Urbano Cultural Comunitário (Auditório)	18
3	TERRENO	21
3.1	O município Tabai	21
3.1.1	Análise funcional e morfológica da área urbana	21
3.1.2	Análise funcional e morfológica do bairro	22
3.1.3	Análise do terreno	23
3.1.4	Centro Administrativo	24
3.1.5	Câmara de Vereadores	26
3.1.6	Praças	27
4	ESTUDO REFERENCIAL.....	29



4.1	Referencial Tipológico	29
4.1.1	Centro das Nações Unidas, Nova York.....	29
4.1.2	Prefeitura de Tønder / SLETH architects	29
4.1.3	Biblioteca e Auditório Público Curno / Archea Associati.....	30
4.2	Referencial Arquitetônico.....	31
4.2.1	Vaughan City Hall / KPMB Architects	31
4.2.2	Auditório de Lugo / Paredes Pedrosa	32
4.3	Referência contextual	33
4.3.1	Centro Administrativo Teutônia (apropriação da população).....	33
4.3.2	Prefeitura de Fazenda Vilanova.....	35
5	LEGISLAÇÃO	37
5.1	Código de Obras de Tabaiá: Lei 120/1999	37
5.1.1	Escadas.....	37
5.1.2	Compartimentos	37
5.1.3	Iluminação e Ventilação.....	38
5.1.4	Prédios de escritórios	39
5.1.5	Auditórios, cinemas e teatros.....	39
5.2	Saídas de emergência e edifícios: NBR 9077	40
5.2.1	Classificação das edificações	40
5.2.2	Cálculo da população	41
5.2.3	Dimensionamento das saídas de emergência	41
5.2.4	Acessos.....	41
5.3	Acessibilidade: NBR 9050	43
5.3.1	Acessos.....	43
5.3.2	Rampas	43
5.3.3	Sanitários, banheiros e vestiários	43
5.3.4	Mobiliário Urbano	43



5.3.5	Mobiliário	44
5.3.6	Cinemas, teatros, auditórios e similares	44
5.3.7	Atendimento ao público	45
6	PROPOSTA ARQUITETÔNICA.....	47
6.1	Diretrizes	47
6.1.1	Valor	47
6.1.2	Lugar	47
6.1.3	Conexão: Conectar e aproximar a comunidade	47
6.1.4	Espaço público	48
6.1.5	Racionalidade: Arquitetura pertinente	48
6.1.6	Crescimento: Análise de crescimento populacional	49
6.2	Setores	49
6.2.1	Executivo: Prefeitura Municipal	49
6.2.2	Legislativo: Câmara de Vereadores	56
6.2.3	Equipamento Comunitário: Auditório	58
6.2.4	Espaços abertos: Praça e entorno	60
7	LANÇAMENTO ARQUITETÔNICO PRELIMINAR.....	62
8	REFERÊNCIAS	65
	Livros	65
	Artigos e publicações	65
	Normativas.....	66
	Páginas.....	67
	APÊNDICE A.....	69
8.1	ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM O PREFEITO MUNICIPAL	69
8.2	CAPTAÇÃO DAS NECESSIDADES DE CADA SETOR ATRAVÉS DE ENTREVISTA COM OS SERVIDORES	70
9	ANEXO A.....	72



1

Morro do Elefante, marco natural do município



1 TEMA

1.1 Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso de Arquitetura e Urbanismo tem como objeto de estudo a pesquisa e o desenvolvimento de conteúdos necessários para a elaboração de um projeto arquitetônico para o centro administrativo e cívico da cidade de Tabai. Tabai é um município localizado na região central do estado no encontro de duas importantes rodovias, a BR 386 e a RST 287. Para entender a importância da pesquisa e da elaboração desta proposta é preciso contextualizar não somente a situação da infraestrutura existente como também da área urbana municipal em que se insere tais edifícios públicos.

Após a emancipação de Tabai em 1995, o centro urbano começou a se desenvolver de forma espontânea próximo ao ponto de convergência das rodovias. Nele se localizam além dos edifícios de administração pública, o principal polo comercial e a maior densidade habitacional da cidade.

A sede do poder executivo e legislativo é composta, atualmente, por duas edificações construídas logo após a emancipação. Tais edificações foram modificadas e ampliadas, mas, mesmo assim suas instalações permanecem inadequadas. Além disso, desde sua concepção não houve uma preocupação com a tipologia arquitetônica, nem a valorização do entorno onde estão implantadas. Neste caso, o entorno tem vista para um importante marco natural, o Morro do Elefante, porém esta não é explorada.

A partir da análise espacial da área pode-se perceber também as deficiências da paisagem urbana, principalmente pela ausência de espaços públicos de qualidade e de marcos referenciais. Segundo Lynch (1997) os marcos são objetos definidos de maneira fácil, utilizados como referência radial e local, sendo assim, uma cidade sem marcos é uma cidade sem legibilidade, tornando difícil a identificação e o senso de localização nos espaços.

A revitalização do centro administrativo atual, um local simbólico já concretizado na cidade, consiste na sua transformação em um Centro Cívico, unindo num mesmo conjunto novas sedes de poder executivo e legislativo, a inserção de um auditório e a requalificação da praça, caracterizada segundo o *Neighborhood Conservation Code* (2010), como um espaço aberto para recreação e fins cívicos.

1.2 Problematização

A área de interesse deste estudo, o centro administrativo, já possui um valor simbólico para os habitantes, porém não possui uma infraestrutura adequada e uma arquitetura que valorize e represente seu propósito e significado.



Atualmente o edifício administrativo, a prefeitura, não tem atendido de forma adequada as necessidades do poder executivo. Este, foi construído de forma provisória logo após a emancipação, porém pela falta de recursos foi apenas sofrendo ampliações, não atendendo de forma apropriada em questões de área útil e funcionalidade, as necessidades da administração pública. A partir de visita ao local e conversa com autoridades e funcionários foram identificadas várias deficiências na infraestrutura física e funcional, como a falta de espaço adequado para as funções administrativas e a setorização entre elas.

Em outro aspecto, analisado o espaço urbano da cidade, o que se percebe é a falta de marcos referenciais, e mesmo quando estes existem, não são julgados como parte da identidade da cidade. O caso do Morro do Elefante é um exemplo, um marco natural de características únicas deveria ser um símbolo para a paisagem urbana, porém, mesmo possuindo potencialidade para tal, não tem suas visuais valorizadas.

A questão a ser respondida é de que forma o projeto de um Centro Cívico e Administrativo, além de cumprir seu propósito funcional, pode agregar na vida urbana, política e social da cidade Taboá?

1.3 Justificativa

O projeto de um Centro Cívico se justifica por sua importante influência na organização e legibilidade urbana da cidade, integrando os principais equipamentos administrativos através de um espaço aberto atrativo, simbólico e funcional.

Em seu livro, “A cidade como um jogo de cartas” (1988) Carlos N. F. dos Santos, recomenda que os edifícios públicos administrativos (Prefeitura, Câmara de Vereadores e Fórum) sejam localizados próximos e centralizados na cidade, pois são naturalmente concentradores de movimento e devem ser tratados como espaços de trabalho e afluência pública. Ainda, conforme Jan Gehl (2013), os espaços públicos abertos devem ser planejados de forma que o ambiente construído encoraje os aspectos sociais da vida ao ar livre e a conexão com a natureza e o clima.

Estes conceitos, combinados, reforçam e justificam a importância de um Centro Cívico que proporcione a população equipamentos de incentivo a reunião de pessoas, a troca de ideias e a vida em comunidade. A aproximação dos poderes e lideranças contribui diretamente na eficiência e eficácia da gestão pública e é indispensável citar a importância funcional destes equipamentos, visto as necessidades da administração municipal para o atendimento da população.



Através da arquitetura, urbanismo e paisagismo, na concepção de um espaço público de qualidade, pensado na valorização do entorno, na expressão da simbologia requerida e na requalificação espacial e social da cidade, o mesmo, por consequência, torna-se também um importante marco referencial agregador da legibilidade do espaço urbano. Conforme o conceito de Kevin Lynch (1970) sobre legibilidade “Facilidade com que cada uma das partes [da cidade] pode ser reconhecida e organizada em um padrão coerente”.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Pesquisar a temática de espaços institucionais e cívicos para a proposição de de um projeto arquitetônico e urbanístico para a área do atual centro administrativo da cidade de Taboá, RS afim de contribuir com a melhoria dos espaços, tanto construído e quanto os espaços públicos abertos.

1.4.2 Objetivos específicos

- Apresentar sinteticamente os edifícios administrativos icônicos no Brasil, bem como Praças e Centros Cívicos históricos;
- Analisar a área urbana, a implantação e os projetos dos edifícios administrativos de Taboá, que são constituídos pela prefeitura, câmara municipal e praça. Por meio de cartografia, visitas técnicas e entrevista;
- Diagnosticar as deficiências da área de inserção e dos edifícios por meio de entrevistas;
- Construir a fundamentação teórica para a elaboração do projeto de um novo complexo cívico, constituído por uma nova prefeitura, câmara de vereadores, requalificação da praça e inserção de um equipamento público, o auditório.

1.5 População alvo

Funcionários do poder executivo, legislativo e população em geral.

1.6 Conceito

Proporcionar, a população, um espaço funcional, simbólico e representativo, mas também aberto e convidativo, para que a sociedade se aproprie e exerça sua cidadania. Segundo Dalmo de Abreu Dallari (1998, p. 14): “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”.



2



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Centro Cívico

O Centro Cívico é conceituado como uma rede de espaços, abertos ou construídos, que atendem interesses da população de uma cidade. Estes espaços podem incluir uma região político-administrativa, reunindo instituições de poderes públicos, entidades culturais e outros espaços públicos diversos. Cada Centro Cívico é adaptado de acordo com as necessidades específicas de cada região, cidade ou estado.

O tema já era tratado em âmbito internacional nas décadas de 1940 a 1960, pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna-CIAMs, como “coração da cidade”, na utilização da palavra inglesa “Core”.

O ‘*Core*’ enfatizava o processo de recentralização, tornando o núcleo central (original e histórico ou planejado e moderno) da cidade, um verdadeiro coração físico da comunidade, especialmente destinado a abrigar os edifícios representativos da sociedade democrática e igualmente, um lugar para a livre manifestação da comunidade social. (PEREIRA, 2012)

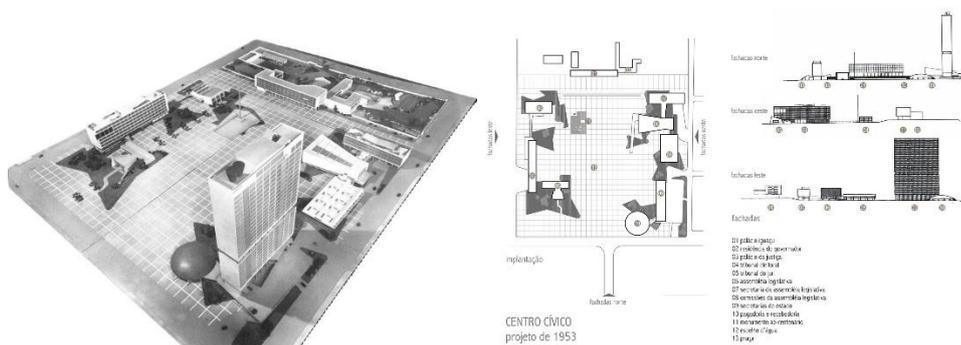
Os espaços cívicos abertos, são considerados importantes equipamentos comunitários públicos e devem estar localizados próximos às aglomerações urbanas. É interessante que tais locais relacionados aos edifícios incentivem a interação social e ambiental dos habitantes, através da construção de espaços efêmeros, multifuncionais e adaptáveis, que incentivem a interação social e ambiental através de diversos usos.

Além disso, deve ser considerada a sua relevância como marco referencial para a cidade. Conforme Alessandra Gobbi (2022), a diversidade de formas e escalas de construção tornam o bairro, e conseqüentemente a cidade, visualmente mais interessante, com locais de caráter distinto e facilmente identificáveis.

O Centro Cívico de Curitiba é um importante exemplo e marco para o urbanismo nacional, foi idealizado primeiramente no Plano Agache na década de 1940, mas retomado somente na década seguinte. Na comemoração do centenário de Curitiba começou a tomar forma, destinado a representar o centro de tomada de decisões, abrigando os três poderes: executivo, legislativo e judiciário, partiu da mesma localização prevista por Agache, porém com as novas concepções modernistas.



Figura 1 – Projeto do Centro Cívico de Curitiba, 1953



Fonte: www.memoriaurbana.com.br

O projeto original do Centro Cívico foi construído parcialmente, por problemas técnicos, construtivos e econômicos. Além disso, foram incorporados a ele outros edifícios destinados ao poder público: a Prefeitura Municipal de Curitiba; o Tribunal de Contas do Estado; os Edifícios das Secretarias e o Edifício Presidente Castelo Branco.

Figura 2 - Implantação do Centro Cívico com novos edifícios incorporados



Fonte: www.memoriaurbana.com.br

2.2 Praça

“A praça sempre foi celebrada como um espaço de convivência e lazer dos habitantes urbanos” (ROBBA; MACEDO, 2002)

Com o passar do tempo e a evolução da cidade, as praças sofreram mudanças significativas em relação a urbanidade, porém seu caráter social permanece intrínseco. Desde a Ágora, onde os Gregos discutiam os assuntos políticos e exerciam a democracia ao ar livre, a praça é um dos espaços públicos urbanos mais importantes da história da cidade, desempenhando papel fundamental no desenvolvimento das relações sociais e da vida urbana ao ar livre.

2.2.1 Tipos de Praça

A praça, desde um pequeno espaço de lazer em bairros residenciais até uma complexa área de circulação e articulação em áreas centrais, tem grande importância na qualidade



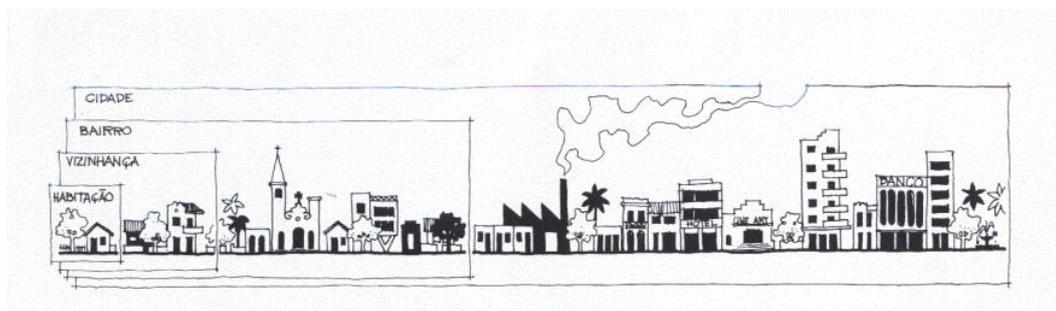
urbana. Ao longo da história seu programa de necessidades foi se diversificando e evoluindo para atender as demandas sociais e ambientais requeridas pelas habitações, bairros e centros das cidades.

Estes espaços possuem funções estéticas, simbólicas, ecológicas e sociais, e seu uso se resume ao encontro, espetáculo, comércio, lazer e manifestações culturais.

Os espaços livres também são simbolicamente importantes, pois se tornam objetos referenciais e cênicos na paisagem da cidade, exercendo importante papel na identidade do bairro ou da rua. Quem nunca usou a “pracinha” ou a “grande árvore florida” próxima a sua casa como referência para indicar um caminho ou trajeto? São ainda objetos de embelezamento urbano, resgatando a imagem da natureza na cidade. (ROBBA; MACEDO, 2002)

Tais características podem ser combinadas entre si, e formar os mais diversos conjuntos, classificados nas diversas escalas do ambiente urbano: privado (habitação), local (vizinhança), bairro e cidade.

Figura 3 - As escalas da cidade.



Fonte: A cidade como um jogo de cartas, 1985

As praças privadas, são compreendidas pelos recuos ajardinados das residências, ou espaços abertos de áreas condominiais. Podem possuir uma pequena área verde, espaços de lazer contemplativo e convivência.

As praças locais poder ser pequenas, servindo a grupos de vizinhanças ou quarteirões, favorecendo a apropriação social e o controle local. Tem seu programa de necessidades baseado em áreas verdes com funções estéticas e de lazer.

As praças de bairro são referências urbanas em maior escala, seu programa de necessidades é composto por áreas verdes com funções ecológicas, estéticas e de lazer, passivo (áreas de estar, contemplação) ou ativo (*playgrounds* e atividades esportivas). Estes espaços também podem apresentar significados simbólicos e culturais, favorecendo sua apropriação social.

As praças centrais/simbólicas são espaços que abrangem a escala da cidade, apresentam alta acessibilidade urbana e hierarquia espacial. Normalmente possuem caráter



social, tendo em seu programa espaços para eventos e exposições, e caráter simbólico, com a localização de monumentos e marcos espaciais. Além disso, é comum que estejam associadas a equipamentos institucionais e culturais.

2.2.2 Praça Simbólica

As praças Cívicas representam símbolos da história do local em que se inserem, sempre diante de edifícios públicos, “são logradouros que transcendem o uso e o significado local, interessando a todos nós” (MARX, 1980, p. 50)

Com a contemporaneidade, além das áreas verdes, espaços contemplativos, de convivência e lazer ativo, surgiram novas interpretações de formas de utilização já consagradas, adaptando-as as necessidades urbanísticas das cidades. Este é o caso da revalorização da praça seca com a criação de esplanadas para passagem e direcionamento da circulação, e a criação de espaços multifuncionais e adaptáveis, que podem ser usados das mais diversas formas pela população. (ROBBA; MACEDO, 2002)

A praça dos três poderes, em Brasília, foi projetada por Lúcio Costa para representar o principal espaço simbólico da cidade e do país institucionalizado. Ao seu redor, posicionados em forma de triângulo equilátero, estão os edifícios monumentais do poder executivo, Palácio do Planalto, do poder legislativo, Congresso Nacional, e do poder judiciário, o Supremo Tribunal Federal. A praça possui o conceito de praça seca, caracterizada pela inexistência de vegetação ou elementos proporcionadores de sombra. É um espaço multifuncional simbólico, que abriga eventos cívicos, como celebrações e manifestações, colocando o “poder da população” no centro de tudo.

Figura 4 - A praça dos três poderes, Brasília.



Fonte: vitruvius



2.3 Instituições: entendendo o conceito

2.3.1 Centro administrativo

O **centro administrativo** é conceituado como a sede de administração do governo local. O art. 2º da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, estabelece que são Poderes da União, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Em um município, o Poder Legislativo é exercido pelas Câmaras Municipais; o Poder Executivo é exercido pelas Prefeituras Municipais e o Poder Judiciário é exercido pelos tribunais de justiça estaduais.

Os edifícios públicos administrativos, são, por natureza, formadores de polos de centralidade, visto o movimento que geram. Por isso, estes devem estar localizados nos centros. Segundo Carlos Nelson F. dos Santos (1985), os prédios da Prefeitura, da Câmara de Vereadores e do Fórum devem estar próximos, não necessariamente no mesmo terreno, por se tratar de poderes independentes.

O Centro Cívico de Santo André, localizado na cidade de Santo André/SP, é o último projeto assinado por Rino Levi, em 1965. Este é um importante exemplo Brasileiro de centro Cívico e administrativo, o complexo abriga os três poderes, executivo, legislativo e judiciário, juntamente com espaços culturais. Os edifícios se dispõem no terreno compartilhando de uma grande praça central, que os interliga e os conecta a cidade.

Figura 5 - Centro Cívico de Santo André, Rino Levi - Santo André/SP, 1965



Fonte: nelsonkon

2.3.2 Equipamento Urbano Cultural Comunitário (Auditório)

Ao longo da história se percebeu a necessidade de oferecer a população espaços públicos para atividades culturais e de lazer. A cultura está diretamente ligada à geração de conhecimento e ao exercício do pensamento, valores essenciais para o desenvolvimento social.



A inserção de espaços de lazer e de cultura na reordenação do espaço público urbano tem alto grau de importância, pois estes disponibilizam locais de concentração, distração, aprendizado e lazer, além de atender funções econômicas e sociais, contribuindo em qualidade de vida para a população (CABRAL; BAHIA, 2010).

Os equipamentos Urbanos Culturais (teatros, auditórios, cinemas, bibliotecas, galerias, centros culturais, salas de concerto, museus, etc.), são organizações com grande potencial de dinamizar os territórios nos quais atuam. Sua importância social está na capacidade de influenciar e qualificar as práticas de sociabilidade, e ainda do ponto de vista econômico, por mobilizarem a cadeia produtiva da cultura e também por associá-la a outras dimensões econômicas, como o turismo e o comércio (SANTOS; DAVEL, 2018).



3

O Eucalipto é fundamental para a economia do município, tanto que também está representado em seu brasão.



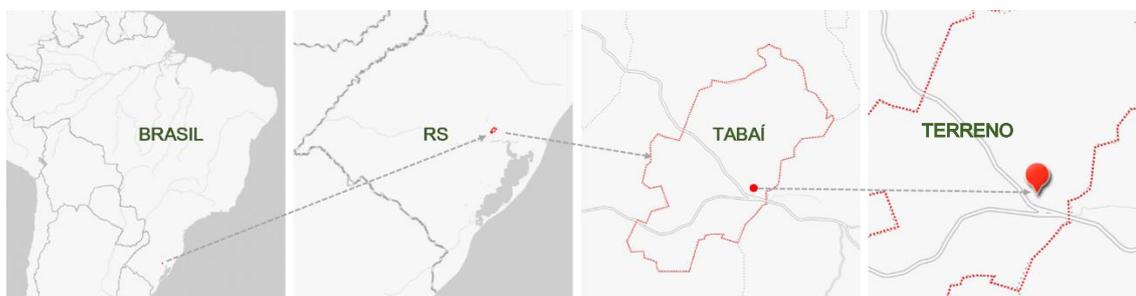


3 TERRENO

3.1 O município Tabai

Tabaí é um município da região central do estado, localizado na encosta inferior nordeste do Vale do Taquari, no encontro de duas importantes rodovias, a BR 386 e a RST 287. Possui uma área de 94,75Km² e uma população de aproximadamente 4.461 habitantes segundo a última contagem populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censo Demográfico 2022).

Figura 6 - Contexto da localização do Município e Área de Estudo



Fonte: Autora.

Teve sua emancipação em 1995, período em que muitos pequenos municípios fizeram o mesmo, principalmente pelo fato de as cidades mães não conseguirem gerenciar de forma adequada todo seu território, fazendo com que os habitantes de algumas regiões se sentissem “deixados de lado”.

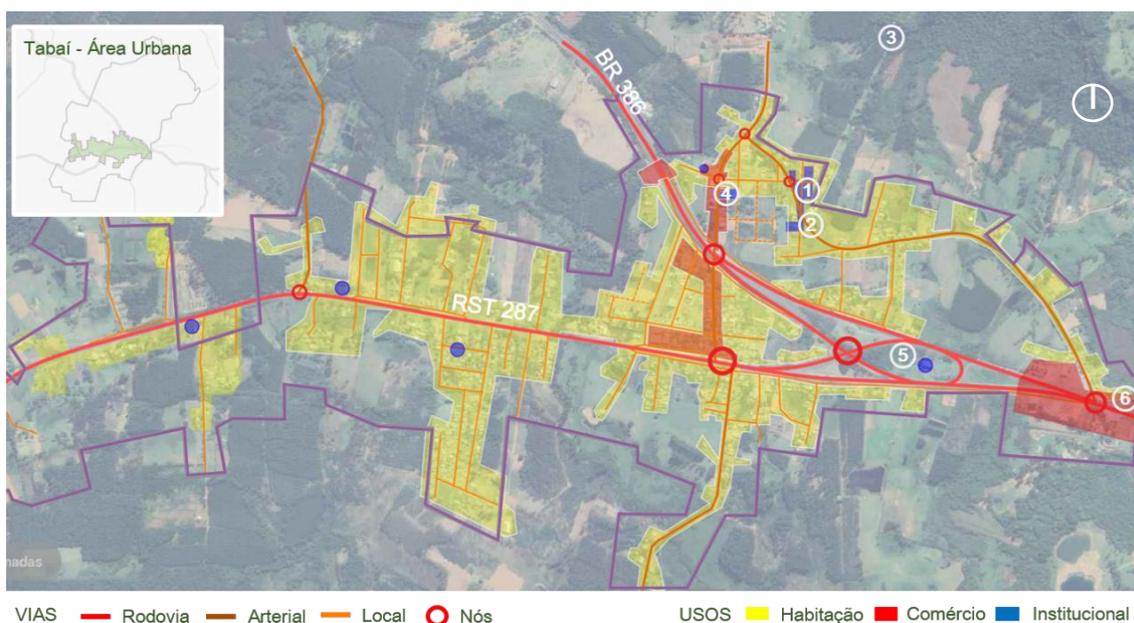
3.1.1 Análise funcional e morfológica da área urbana

A cidade e sua área urbana se desenvolveram nas margens das rodovias, o polo comercial está entre as duas e o institucional próximo ao limite entre área urbana e rural.

É na área urbana que está a maior densidade habitacional, porém grande parte da população ainda reside na área rural, trabalhando na agricultura e pecuária. Por isso a localização atual do centro administrativo, na figura 7 (1- prefeitura, 2-câmara de vereadores e 3-secretaria de saúde), é coerente e ideal para atender tanto área urbana quanto rural.



Figura 7 - Mapa da área urbana de Tabai



Fonte: Autora.

Tabela 1 - Pontos de Referência indicados na figura 7

Pontos de Referência					
1	Prefeitura Municipal  Fonte: Prefeitura de Tabai	2	Câmara Municipal  Fonte: Autora.	3	Morro do Elefante  Fonte: Prefeitura de Tabai
4	Secretaria de Saúde  Fonte: Prefeitura de Tabai	5	Polícia Rod. Federal  Fonte: StreetView	6	Casa do Mel  Fonte: Prefeitura de Tabai

3.1.2 Análise funcional e morfológica do bairro

O bairro centro se encontra no limite da área urbana, é onde está o principal polo comercial e também a maior concentração institucional, com equipamentos de administração pública e atendimento à população.



Figura 8 - Mapa do bairro Centro



Fonte: Autora.

3.1.3 Análise do terreno

Os terrenos totalizam uma área de 8.031,11m² (oito mil e trinta e um metros e onze decímetros quadrados) e detém uma localização privilegiada, em cota topográfica elevada em relação a cidade. Tem como visuais a própria cidade e importantes marcos naturais, a nordeste o Morro do Elefante.

Figura 9 - Diagrama topográfico do terreno

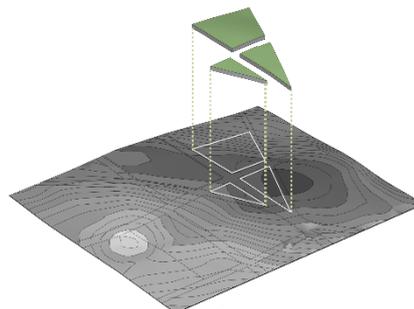
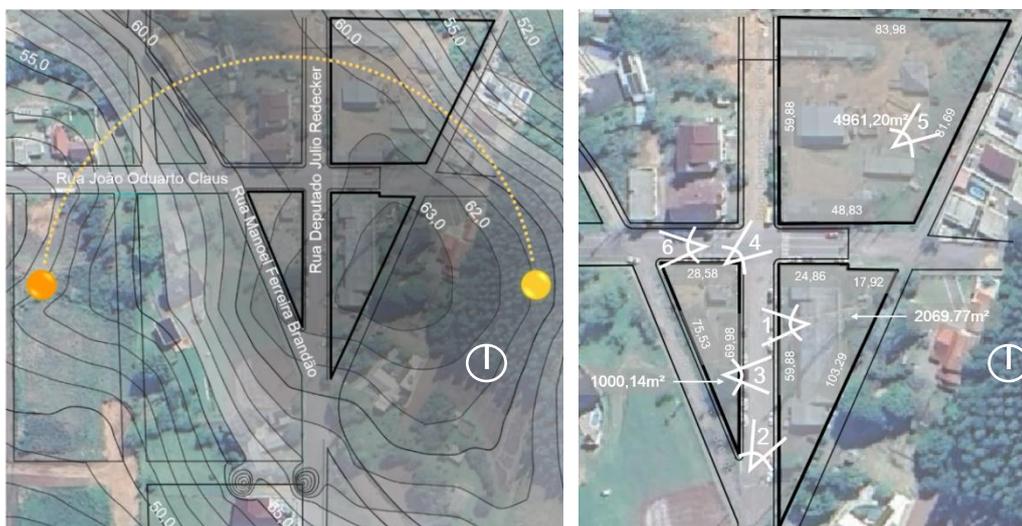


Figura 10 - Condicionantes do terreno



Fonte: Autora.



Figura 11 - Visuais do terreno



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

3.1.4 Centro Administrativo

O centro administrativo está localizado no bairro Centro do município, próximo do limite entre a área urbana e rural. O terreno foi cedido à cidade pelo proprietário no ano da emancipação, e foi escolhido justamente pela posição centralizada em relação ao eixo longitudinal do território.

Conforme Sr. Arsênio¹, prefeito (2024), o prédio da prefeitura municipal foi construído logo após a emancipação em 1995, de forma provisória, para atender o poder executivo temporariamente enquanto uma nova sede adequada fosse construída. Porém, devido à falta de recursos, nunca houve sequer um novo projeto e o prédio “temporário” foi sofrendo ampliações para atender as demandas de crescimento do número de funcionários.

Hoje a prefeitura conta com nove secretarias, oito localizadas neste prédio, e cerca de cinquenta e cinco funcionários internos. Através de visita técnica e entrevista com o prefeito e funcionários, pode-se constatar as diversas deficiências que a infraestrutura apresenta, como a falta de área útil, salas de reuniões e o conflito de fluxos na organização dos setores, onde o atendimento ao público fica junto aos espaços de trabalho. Foi citada também a necessidade de um auditório para abrigar tanto as reuniões para todos os funcionários, que totalizam duzentos e cinquenta, internos (funcionários da administração pública) e externos (funcionários dos demais equipamentos públicos, como escolas e área da saúde), quanto para eventos abertos a população.

¹Entrevista realizada com Sr. Arsênio, Prefeito Municipal, na data 18 abril 2024.



Figura 12 - Planta baixa da Prefeitura Municipal



Fonte: Arquivo fornecido pela Sec. de Planejamento de Tabai.

Tabela 2- Compartimentação da Prefeitura Municipal

Ambiente	m ²	Ambiente	m ²		
1	Recepção	13,49	13	Almoxarifado Sec. Educação	6,27
2	Telefonista	9,24	14	Secretaria de Educação	24,44
3	Recursos Humanos/ Tributos/	16,51	15	Secretaria de Agricultura	20,10
4	Compras/ Empenhos	28,16	16	Emater	18,59
5	Almoxarifado/ Digitalizações	33,35	17	Contabilidade	10,80
6	Arquivo morto/ Depósito geral	62,62	18	Cozinha/ Refeitório	13,93
7	Servidor	6,00	19	Caixa eletrônico	6,47
8	Tesouraria	23,00	20	Jurídico	32,51
9	Gabinete Prefeito	27,28	21	Seitel	6,57
10	Sala de Reuniões	21,68	22	Secretária de Planejamento	22,47
11	Sanitários	-	23	Licitações	22,03
12	Meio ambiente/ Ouvidoria	18,72			

Figura 13 - Infraestrutura da Prefeitura Municipal



Fonte: Arquivo pessoal da autora.



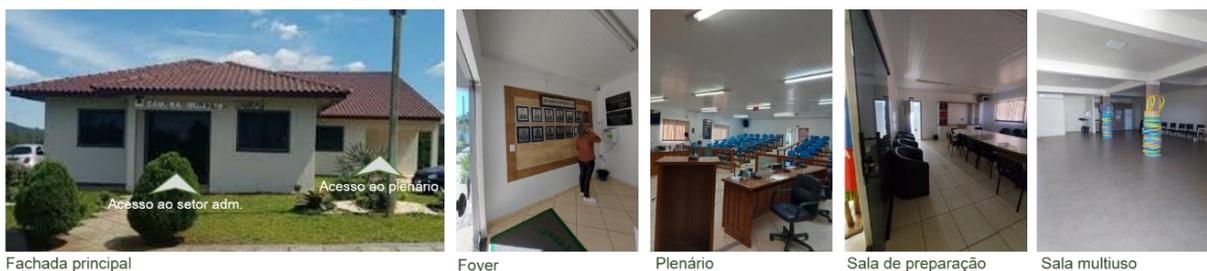
3.1.5 Câmara de Vereadores

A edificação que sedia a Câmara de Vereadores está localizada a cerca de cem metros da Prefeitura Municipal, e foi adquirida logo após a emancipação, tendo sua tipologia residencial adaptada e ampliada para atender as demandas do poder legislativo. Hoje o município conta com nove vereadores e cinco funcionários legislativos.

Atualmente o local atende as necessidades requeridas, conta com uma sala com 4 estações de trabalho para os funcionários administrativos, sala para o setor jurídico, sala do presidente, cozinha, depósito e sanitários, além do plenário com plateia de 50 lugares, sala de preparação e um espaço multiuso no subsolo. A edificação possui uma área total de aproximadamente 350,00m².

Porém a construção de um novo edifício no futuro projeto do Centro Cívico se justifica por motivos tipológicos, funcionais e também pela possibilidade de crescimento da cidade, sendo importante que a edificação comporte as novas necessidades de maneira ideal.

Figura 14 - Infraestrutura da Câmara de Vereadores



Fachada principal

Foyer

Plenário

Sala de preparação

Sala multiuso

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 15 - Infraestrutura da Câmara de Vereadores



Recepção

Escritório geral

Escritório geral

Sala jurídico

Arquivo/depósito

Cozinha

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

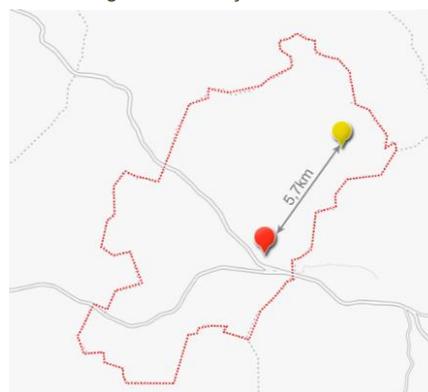


3.1.6 Praças

A cidade conta com apenas duas praças, a Praça Central em frente à prefeitura (pin vermelho), e a Praça dos Queridos na área rural da cidade (pin amarelo).

A Praça dos Queridos foi o primeiro Centro Cívico de Tabaí, quando o município ainda era um distrito da cidade de Taquari. Está inserida na localidade de Vila Tabaí, na área rural, e ao seu redor estão a Subprefeitura, a antiga Igreja e o salão de festas.

Figura 16 - Praças de Tabaí



Fonte: Autora.

O caráter simbólico do local se mantém, e os eventos cívicos como o Dia da Independência e aniversário da cidade ainda acontecem lá, mesmo que a área urbana tenha se desenvolvido mais próximo às rodovias, onde existe a maior densidade habitacional e de equipamentos institucionais.

Figura 17 - Praça dos Queridos



Fonte: Autora.



Fonte: Prefeitura Municipal.

A praça central, um dos objetos de interesse do presente trabalho, está localizada na área urbana da cidade, em frente à prefeitura. Foi inaugurada em 2015, e conta com espaços de playground, áreas de estar e academia ao ar livre. Alguns eventos são realizados nela durante o ano, como é o caso do Natal solidário, porém o espaço não comporta adequadamente este tipo de uso.

Figura 18 - A praça Central



Fonte: Autora.



Fonte: Autora.



Fonte: Prefeitura Municipal.

Analisando o diagrama da figura 16 observa-se o quanto a cidade é carente de espaços urbanos abertos como as praças, prejudicando socialmente os cidadãos.





4 ESTUDO REFERENCIAL

4.1 Referencial Tipológico

4.1.1 Centro das Nações Unidas, Nova York

O projeto para o Centro das Nações Unidas, inaugurado em 1949 e localizado na cidade de Nova Iorque, EUA, as margens do Rio East, nasceu da união de ideias de Oscar Niemeyer e Le Corbusier.

Nesta sede, dentre outras localizadas pelo mundo, estão concentrados os principais organismos da ONU. O conjunto abriga a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e um edifício de secretarias e, por influência de Niemeyer, tais edificações se distribuem ao redor de uma Praça Cívica, um símbolo para a reunião de pessoas e exercício da cidadania.

É interessante observar como o conjunto se destaca na cidade, em meio aos altos edifícios, gerando um grande espaço aberto. Além disso, a linguagem e organização da arquitetura faz com que edificações tão diferentes, por suas diferentes funções, conversem e se destaquem nas suas formas e alturas.

Figura 19 - Sede da ONU, NY



Fonte: Archdaily.

Fonte: Google Earth.

4.1.2 Prefeitura de Tønder / SLETH architects

A SLETH architects venceu em 2013 o concurso para a extensão da Prefeitura de Tønder, na Dinamarca. O conceito do projeto está na união entre o novo e o antigo, o clássico da prefeitura histórica com a contemporaneidade do novo edifício, como duas partes que se complementam e trabalham juntas. O novo edifício está localizado junto a antiga prefeitura, na transição entre edifícios históricos significativos da cidade, e da paisagem de pântano.



Figura 20 - Prefeitura de Tonder



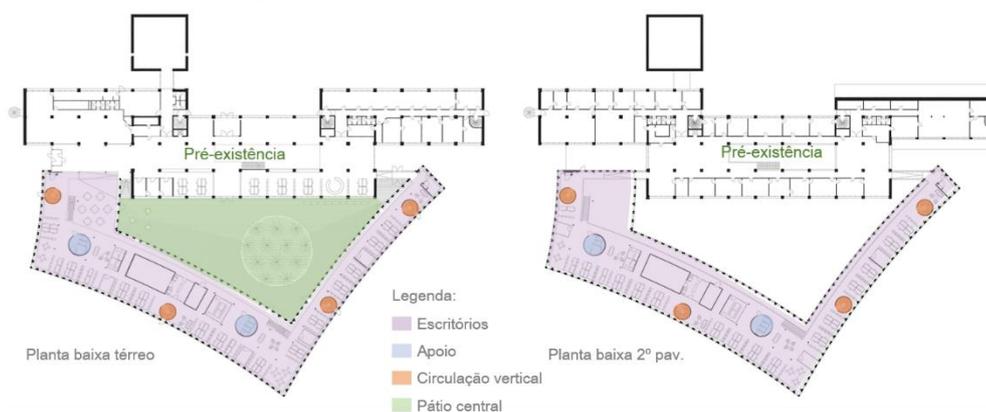
Fonte: Archdaily.

Fonte: Archdaily.

Fonte: Google Earth.

O volume envidraçado se conecta formando um espaço aberto central, uma praça informal para uso dos funcionários. A altura da nova edificação não se sobressai a antiga, e a atmosfera da cidade histórica é trazida para o projeto no uso dos tijolos vermelhos, utilizado no piso do pátio, do pavimento térreo e em algumas paredes internas. As fachadas se curvam para favorecer as visuais para o pântano e rio.

Figura 21 – Setorização e acessos prefeitura de Tonder



Fonte: Archdaily

Inspiração de tipologia arquitetônica, a nova edificação tem uma arquitetura que a diferencia das demais, porém uma altura que respeita o entorno e abraça a edificação pré-existente, valorizando a história e visuais da cidade.

4.1.3 Biblioteca e Auditório Público Curno / Archea Associati

A Biblioteca e Auditório Público Curno é localizada em Bérgamo, uma comuna Italiana. O projeto foi concebido em 1997, pelo escritório de arquitetura Archea Associati e está inserido em um complexo escolar e de serviços comunitários. Seu propósito foi gerar uma dimensão diferente de espaço público, englobando em um só elemento um auditório, uma biblioteca e uma escadaria externa que reinterpreta um anfiteatro, um espaço para encontro, meditação e observação.



Figura 22 - Auditório Público Curno



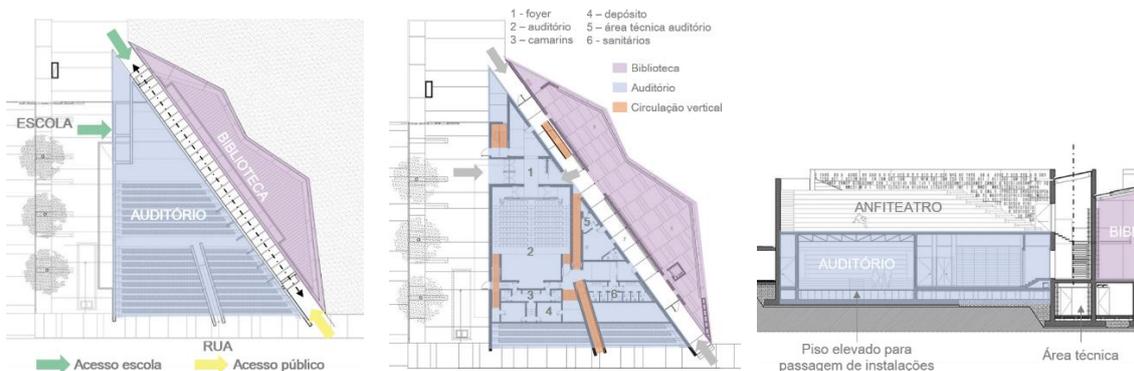
Fonte: Archdaily.

Fonte: Archdaily.

Fonte: Google Earth.

O eixo que corta a edificação na diagonal, separa auditório e biblioteca. No subsolo, ao longo do eixo diagonal estão todas as áreas técnicas como: aquecedores de água, sistema de ar condicionado e a unidade de refrigeração. Abaixo do anfiteatro foi alocado um auditório com 200 lugares e áreas de apoios, depósitos e camarins.

Figura 23 - Diagrama de setorização, eixos e acessos do Auditório de Curno



Fonte: Archdaily.

Fonte: Archdaily.

Fonte: Archdaily.

A principal inspiração é a forma da edificação, que abriga um auditório e ao mesmo tempo traz um anfiteatro externo, que diferente do que acontece na referência (que tem visual para um estacionamento), pode ser usada aliada ao espaço aberto durante eventos para a população ou até mesmo como espaço de estar para contemplação das visuais.

4.2 Referencial Arquitetônico

4.2.1 Vaughan City Hall / KPMB Architects

Vaughan é uma cidade canadense, localizada a norte de Toronto. Dos anos 1960 a 2011, passou de uma cidade rural com 16.000 habitantes para um extenso subúrbio, com 288.000 habitantes. Com isso, foi necessário construir uma nova sede administrativa que atendesse as novas demandas e representasse simbolicamente os valores da cidade em crescimento.



O projeto da KPMB Architects para o novo Centro Cívico compreende um complexo com cerca de 32.500m², que, embora tenha sua área delimitada por duas importantes estradas arteriais e uma ferrovia intermunicipal, é destinada a promover uma zona de atividade cívica.

Figura 24 - Centro Cívico de Vaughan



Fonte: Archdaily.

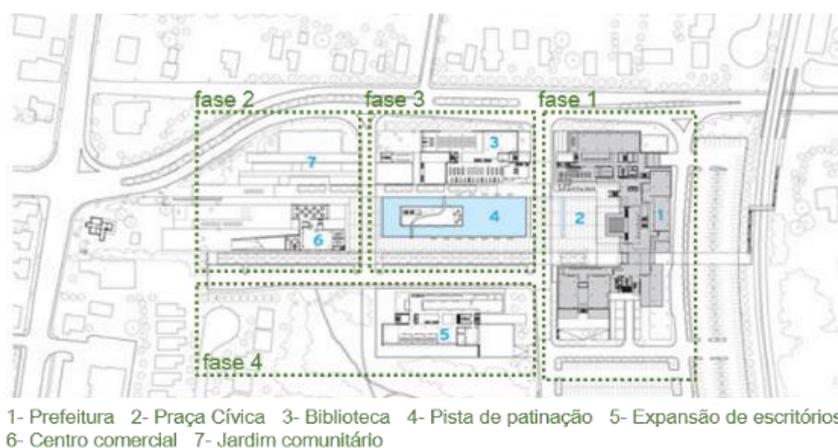


Fonte: Google Earth.

A composição formal da prefeitura é feita através de volumes de dois, três e quatro pavimentos dispostos em “U” formando uma praça central. A horizontalidade do conjunto somente é rompida pela torre esbelta voltada para a praça, como se fosse um campanário, fazendo referência a ascendência italiana da população.

A construção do Centro Cívico foi dividida em quatro fases, porém ainda hoje, somente foi executada a primeira e a segunda, a Prefeitura e a Biblioteca. Enquanto as demais fases do projeto não são executadas o estacionamento, previsto para ser no subsolo, ocupa a área aberta.

Figura 25 - Fases de projeto



Fonte: Archdaily.

4.2.2 Auditório de Lugo / Paredes Pedrosa

O edifício concluído em 2016, localizado na cidade espanhola de Lugo conta com uma área construída de 14.572m², duas salas de auditório com 900 e 300 lugares, fazendo uso do



perfil natural do terreno para a implantação dos assentados e, além disso, favorecendo a iluminação natural e as visuais para o entorno ajardinado.

Figura 26 - Auditório de Lugo



Fonte: Archdaily.



Fonte: Google Earth.

O ponto alto do projeto é justamente a tomada de partido da topografia com sete metros de desnível, entre a avenida e os jardins superiores. Esta condição permitiu minimizar a altura da edificação, visto a necessidade de pé-direito entre assentos e palco do auditório.

Figura 27 - Relação do auditório com a topografia



Fonte: Archdaily

4.3 Referência contextual

4.3.1 Centro Administrativo Teutônia (apropriação da população)

Teutônia é uma cidade do Vale do Taquari, foi emancipada em 1982 e atualmente possui cerca de 34 mil habitantes. O centro administrativo foi construído logo após a emancipação, localizado no centro de duas importantes regiões em que a cidade é dividida, Canabarro e Languiru. A prefeitura ocupa uma quadra inteira e tem seu programa distribuído em pequenas edificações enfileiradas em formato de cruz, onde no centro se unem formando um espaço coberto onde são realizados eventos cívicos.

Na visita realizada ao local e conversa com os funcionários do gabinete e administração foi possível entender como o Centro Administrativo funciona, e quais suas particularidades.

A tipologia térrea foi escolhida pela acessibilidade, visto que o primeiro prefeito da cidade portava deficiência de mobilidade, fazendo uso de cadeira de rodas para se locomover. Em uma época em que a acessibilidade não era discutida com a devida importância, a



vivência do prefeito teve grande força e possibilitou que hoje a edificação ainda seja funcional neste sentido.

A edificação abriga os gabinetes do prefeito e vice-prefeito e todas as secretarias municipais, distribuídas nos quatro quadrantes. Cada secretaria tem acesso independente, distribuindo facilmente o fluxo de pessoas, além disso símbolos localizados nas quatro esquinas ajudam a população a se localizar, por exemplo: a secretária de saúde fica no quadrante do Museu. Porém, notou-se a falta de um acesso principal, logo que o visitante o chega se sente perdido, deveria ter uma recepção geral que o direcione para o local desejado.

Figura 28 - Diagrama de implantação localizando prefeitura, câmara de vereadores, espaços multiuso e símbolos.



1- Relógio de Sol 2- Sapato de Pau 3- Museu 4- Lagozinho 5- Estacionamento/Pavilhão de eventos 6- Concelho de Indústria e Comércio 7- Câmara Municipal de Vereadores

Fonte: Prefeitura de Teutônia

Um ponto interessante a se observar é a inserção de espaços multifuncionais, como é o caso do Pavilhão de Estacionamento, uma grande área coberta que em determinadas épocas dá lugar a eventos e festas do município, figura 26.

A prefeitura abriga o setor administrativo de todas as secretarias, porém os setores que envolvem a manutenção da infraestrutura e necessitam de grande área para estacionamento de veículos pesados e equipamentos ficam deslocados do centro cívico, figura 25.

Figura 30 - Estacionamento/ Pavilhão de eventos



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 29 - Relação da Prefeitura com a localização do setor que abriga os equipamentos das sec. de obras.



Fonte: Diagrama sobre imagem do Google Earth.



4.3.2 Prefeitura de Fazenda Vilanova

Fazenda Vilanova é uma cidade do Vale do Taquari, teve sua emancipação em 1995 e atualmente possui cerca de 4 mil habitantes. A prefeitura foi inaugurada no ano de 2004 e o seu formato remete a águia azul, animal símbolo do município. Atualmente a edificação abriga as secretarias de administração, fazenda e desenvolvimento.

As secretarias de saúde e infraestrutura encontram-se separadas da prefeitura, a primeira junto a principal unidade de saúde do município e a segunda em uma área mais retirada do centro cívico. Na figura 27 o diagrama mostra a localização destes setores da administração pública e nele ainda é possível notar a formação de um conjunto cívico que ocupa uma área significativa para a cidade, o conjunto é formado pela prefeitura, secretaria de saúde, e espaços de lazer (parque, esportes e eventos).

Figura 32 - Prefeitura de Fazenda Vila Nova



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 31 - Diagrama de localização.



Fonte: Diagrama sobre imagem do Google Earth.



5

O arroio Santa Cruz é o principal curso d'água do município, ele corta a cidade até unir-se ao Rio Taquari.



5 LEGISLAÇÃO

5.1 Código de Obras de Taboá: Lei 120/1999

5.1.1 Escadas

As escadas (Art. 67) não terão pé-direito inferior dois metros e dez centímetros medidos no canto externo do degrau, e largura inferior a: um metro em edificações com dois pavimentos; um metro e vinte em edificações com dois ou mais pavimentos.

O dimensionamento (Art. 69):

Figura 33 - Art. 69 do Código de Obras de Taboá

Art. 69 - O dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula: $2h + b =$ sessenta e quatro centímetros (0,64m), sendo "h" a altura e "b" a largura do degrau, obedecendo os seguintes limites:

- 1) altura máxima de dezenove centímetros (0,19m);
- 2) largura mínima de vinte e cinco centímetros (0,25m).

Sempre que a altura a vencer for superior a três metros será obrigatório intercalar os lances com um patamar de no mínimo oitenta centímetros de extensão.

5.1.2 Compartimentos

Os compartimentos são classificados em permanência prolongada noturna e diurna, utilização transitória e utilização especial, para o desenvolvimento do projeto dos centros administrativos e auditório interessa a permanência prolongada diurna e utilização transitória.

Figura 34 - Classificação dos compartimentos

Art. 73 - Os compartimentos são classificados em:

- 1) compartimentos de permanência prolongada noturna: dormitórios.
- 2) compartimentos de permanência prolongada diurna: salas de jantar, de estar, de visitas, de música, de jogos, de costura, de estudo, de leitura, gabinetes de trabalho, cozinhas, copas, e comedores.
- 3) compartimentos de utilização transitória: vestibulos, halls, corredores, passagens, caixas de escada, gabinetes sanitários, vestiários, despensas, depósitos e lavanderias de uso doméstico.
- 4) compartimentos de utilização especial: aqueles que, pela sua destinação específica, não se enquadram nas demais classificações.

Fonte: Código de Obras de Taboá: Lei 120/1999

Sobre as condições dos compartimentos o Art. 74 determina que devem ser ventilados e iluminados por áreas principais (compartimentos de permanência prolongada), e áreas secundárias (compartimentos de permanência transitória).



Os compartimentos de permanência prolongada diurna deverão (Art. 77):

- Ter pé-direito mínimo de 2,60m (dois metros e sessenta centímetros);
- Um formato que permita a inscrição de um círculo de no mínimo 2,20m (dois metros e vinte centímetros).

Os compartimentos de permanência transitória deverão (Art. 77):

- Cozinhas, copas, depósitos e lavanderias devem ter um pé-direito mínimo de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros), área mínima de 5,00m² (cinco metros quadrados), permitir a inscrição de um círculo de 1,20m (um metro e vinte centímetros) de diâmetro e ter piso de material lavável, impermeável e resistente;
- Vestíbulos, halls e passagens devem ter pé-direito mínimo de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) (em edifícios de até quatro pavimentos) ou 1,80m (um metro e oitenta centímetros) (em edifícios com mais de quatro pavimentos), e quando possuir mais de 15,00m (quinze metros) de comprimento possuir ventilação por chaminé ou poço;
- Halls de elevadores devem possuir uma distância mínima de 2,00m (dois metros) entre as portas do elevador e a parede fronteira.

5.1.3 Iluminação e Ventilação

Todos os compartimentos devem ter vãos de iluminação e ventilação abertos para o exterior (Art. 88), salvo os casos expressos. Tais vãos devem possuir dispositivos que permitam a renovação do ar com, pelo menos, cinquenta por cento da área mínima exigida e ter área mínima de 0,40m² (quarenta decímetros quadrados), salvo os casos de ventilação mecânica;

Figura 35 – Área de ventilação

Art. 89 - A área dos vãos de iluminação e ventilação abertos para o exterior não poderá ser, para cada compartimento, inferior a:

- 1) um sexto (1/6) da área útil do compartimento quando este for destinado a permanência prolongada;
- 2) um oitavo (1/8) da área útil do compartimento quando este for destinado a utilização transitória.

Fonte: Código de Obras de Taboá: Lei 120/1999

Quando os vãos estiverem a uma profundidade superior a 0,80m (oitenta centímetros) em relação ao plano vertical pela extremidade de alguma cobertura (qualquer tipo, inclusive beirais), a área do compartimento será acrescida da área de projeção no cálculo da área dos vãos.



Figura 36 – Classificação das áreas de iluminação e ventilação

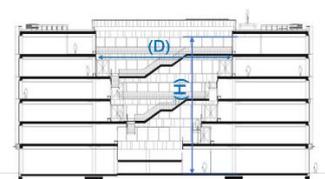
Art. 94 - As áreas de iluminação e ventilação, para efeitos do presente código, são divididas em: áreas principais fechadas, áreas principais abertas e áreas secundárias.

Fonte: Código de Obras de Taboá: Lei 120/1999

As áreas principais fechadas (poços de luz, átrios e etc.), são as responsáveis por ventilar os compartimentos de permanência prolongada. Estas devem ser afastadas no mínimo um metro e cinquenta centímetros (1,50m) à face da parede oposta e ter uma área mínima de seis metros quadrados (6,00m²).

Figura 37 - Art. 95 do Código de Obras de Taboá e esquema ilustrativo de cálculo

4) permitir, a partir do primeiro pavimento servido pela área, quando houver mais de um, a inscrição de um círculo cujo diâmetro, em metros, seja dado pela fórmula: $D=(H/6)+1,50m$, sendo "D" o diâmetro procurado e "H" a distância, em metros, do forro do último pavimento ao nível do piso do primeiro pavimento, que por sua natureza e disposição no projeto, deva ser servido pela área; os pavimentos abaixo deste, que forem abrangidos pelo prolongamento desta área e dela possam prescindir, não serão computados no cálculo da altura "H".



Fonte: Código de Obras de Taboá: Lei 120/1999

Fonte: Autora.

As áreas principais abertas e áreas secundárias deverão ser afastadas no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) à face da parede oposta, ter área mínima de seis metros quadrados e permitir, a partir do primeiro pavimento servido pela área, a inscrição de um círculo cujo diâmetro dado em metros pela fórmula $D= (H/10+1,50)$.

5.1.4 Prédios de escritórios

Em edificações destinadas a escritórios devem ser atendidos os requisitos (Art. 113):

- Sala isoladas devem ter no mínimo 15,00m² (quinze metros quadrados);
- Conjuntos devem ter no mínimo 20,00m² (vinte metros quadrados);
- Salas com pé-direito mínimo de 2,60m (dois metros e sessenta centímetros);
- Possuir, em cada pavimento, um gabinete sanitário feminino e um masculino, composto de vaso e lavatório, para cada 70,00m² (setenta metros quadrados);

5.1.5 Auditórios, cinemas e teatros

Segundo o Art. 119, as edificações devem satisfazer, além das demais disposições aplicáveis no código, as seguintes condições:

- Possuir instalações sanitárias para ambos os sexos na proporção de um gabinete masculino (um vaso, um lavatório e um mictório) e um feminino (um vaso e um lavatório) para cada quinhentos lugares.



- Os corredores, escadas e portas devem ter largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) até uma lotação de 150 (cento e cinquenta) pessoas, e quando superior esta largura deve ser aumentada na proporção de 0,005m (cinco milímetros) por pessoa;
- Ter poltronas distribuídas por setores, onde cada setor não pode ultrapassar 250 (duzentos e cinquenta) poltronas;
- Os vãos de iluminação e ventilação devem ter área mínima de 1/10 (um décimo) da área útil, exceto quando dotados de instalação mecânica de ar.

5.2 Saídas de emergência e edifícios: NBR 9077

5.2.1 Classificação das edificações

Classificação das edificações quanto à sua ocupação: para os Centros Administrativos, tanto Executivo quanto Legislativo, a classificação adotada é a D-1, e para o auditório F-2.

Figura 38 – Classificação quanto a ocupação

D	Serviços profissionais, pessoais e técnicos	D-1	Locais para prestação de serviços profissionais ou condução de negócios	Escritórios administrativos ou técnicos, consultórios, instituições financeiras (não incluídas em D-2), repartições públicas, cabeleireiros, laboratórios de análises clínicas sem internação, centros profissionais e outros
		D-2	Agências bancárias	Agências bancárias e assemelhados
		D-3	Serviços de reparação (exceto os classificados em G e I)	Lavanderias, assistência técnica, reparação e manutenção de aparelhos eletrodomésticos, chaveiros, pintura de letreiros e outros
F	Locais de reunião de público	F-1	Locais onde há objetos de valor inestimável	Museus, galerias de arte, arquivos, bibliotecas e assemelhados
		F-2	Templos e auditórios	Igrejas, sinagogas, templos e auditórios em geral

Fonte: NBR 9077/2001.

Quanto a classificação conforme a altura, no projeto pretende-se propor edificações de média altura à medianamente altas, por isso serão considerados M e N.

Figura 39 – Classificação quanto a altura

L	Edificações baixas	$H \leq 6,00$ m
M	Edificações de média altura	$6,00 \text{ m} < H \leq 12,00$ m
N	Edificações medianamente altas	$12,00 \text{ m} < H < 30,00$ m

Fonte: NBR 9077/2001.



A classificação quanto as dimensões em planta (Tabela 3) e características construtivas (Tabela 4) será de acordo com definições decididas da etapa de projeto.

5.2.2 Cálculo da população

O cálculo da população é base para o dimensionamento das saídas de emergência. Para isso, é utilizada a Tabela 5, onde D-1 considera uma pessoa para cada sete metros quadrados de área de pavimento, enquanto F-2 considera uma pessoa por metro quadrado. No caso de F-2 as áreas de sanitários são excluídas das áreas de pavimento.

Figura 40 – Dimensionamento das saídas de emergência

D	-	Uma pessoa por 7,00 m ² de área	100	60	100
F	F-1	Uma pessoa por 3,00 m ² de área			
	F-2, F-5, F-8	Uma pessoa por m ² de área ⁽⁶⁾ ⁽⁹⁾	100	75	100
	F-3, F-6, F-7	Duas pessoas por m ² de área ⁽⁶⁾ (1:0,5 m ²)			

Fonte: NBR 9077/2001.

5.2.3 Dimensionamento das saídas de emergência

O dimensionamento das saídas de emergência é feito a partir do número de pessoas que devem transitar por elas. Os acessos devem ter dimensão de acordo com os pavimentos que servirem a população, por isso sempre são dimensionados em função do pavimento de maior população.

$$\text{A fórmula utilizada: } N = \frac{P}{C}$$

Onde “P” corresponde a população, “C” a capacidade da unidade de passagem e “N” o número de unidades de passagem. A unidade de passagem considerada é de cinquenta e cinco centímetros.

A norma ainda determina dimensões mínimas para as saídas de emergência: duas unidades de passagem, ou seja, um metro e dez centímetros.

5.2.4 Acessos

Os acessos devem permitir o fácil escoamento da população do edifício, devem permanecer sempre desobstruídos, ter pelo menos a largura mínima e pé direito mínimo de dois metros e cinquenta centímetros (exceto abaixo de vigas, onde pode chegar a dois metros).

No dimensionamento das rotas de fuga, as distancias máximas a serem percorridas até um local seguro (espaço aberto exterior, área de refúgio da escada protegida ou à prova



de fumaça) são acrescidas de risco em caso de a fuga ser em apenas um sentido e conforme as características construtivas.

Figura 41 – Distâncias máximas em rota de fuga

Tabela 6 - Distâncias máximas a serem percorridas

Tipo de edificação	Grupo e divisão de ocupação	Sem chuveiros automáticos		Com chuveiros automáticos	
		Saída única	Mais de uma saída	Saída única	Mais de uma saída
X	Qualquer	10,00 m	20,00 m	25,00 m	35,00 m
Y	Qualquer	20,00 m	30,00 m	35,00 m	45,00 m
Z	C, D, E, F, G-3, G-4, G-5, H, I	30,00 m	40,00 m	45,00 m	55,00 m
	A, B, G-1, G-2, J	40,00 m	50,00 m	55,00 m	65,00 m

Fonte: NBR 9077/2001.

De acordo com a Tabela 7, o número mínimo são duas saídas de emergência.

Figura 42 - Escadas

Tabela 7 - Número de saídas e tipos de escadas

Dimensão	P (área de pavimento ≤ 750 m ²)					Q (área de pavimento > 750 m ²)													
	K	L	M	N	O	K	L	M	N	O									
D	-	1	1	NE	1	EP**	1	PF	1	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	PF
	F-2	1	1	NE	1	EP**	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	PF

Fonte: NBR 9077/2001.



5.3 Acessibilidade: NBR 9050

5.3.1 Acessos

As edificações e equipamentos urbanos, as entradas e todas as rotas que interligam às funções do edifício devem ser acessíveis.

5.3.2 Rampas

As rampas devem ter inclinação entre 6,25% e 8,33% com áreas de descanso a cada 50m de percurso. Excetuam-se as rampas situadas em plateias e palcos (inclinação de 10% a 16,66%). A largura das rampas deve ser dimensionada de acordo com o fluxo de pessoas, porém a altura mínima admissível é de 1,20m.

Figura 43 – Dimensionamento de rampas

Tabela 4 – Dimensionamento de rampas

Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Número máximo de segmentos de rampa
1,50	5,00 (1:20)	Sem limite
1,00	$5,00 (1:20) < i \leq 6,25 (1:16)$	Sem limite
0,80	$6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$	15

Fonte: NBR 9050/2020.

5.3.3 Sanitários, banheiros e vestiários

Figura 44 – Sanitários acessíveis

Tabela 7 – Número mínimo de sanitários acessíveis

Edificação de uso	Situação da edificação	Número mínimo de sanitários acessíveis com entradas independentes
Público	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, para cada sexo em cada pavimento, onde houver sanitários
	Existente	Um por pavimento, onde houver ou onde a legislação obrigar a ter sanitários

Fonte: NBR 9050/2020.

Em espaços públicos de uso coletivo devem ser previstos, no mínimo, um sanitário acessível por pavimento.

5.3.4 Mobiliário Urbano

Nas áreas adjacentes às rotas acessíveis e circulação de pedestres, a vegetação não pode conter características que possam ser nocivos ou causar ferimentos nos usuários, como: espinhos, raízes que tornem o pavimento irregular ou princípios tóxicos.

Junto aos assentos públicos deve ser reservado um módulo de referência ao lado dos assentos públicos.



Assentos públicos Deve ser garantido um M.R. ao lado dos assentos fixos, sem interferir com a faixa livre de circulação, conforme figura 29.

Figura 45 – Assentos públicos acessíveis

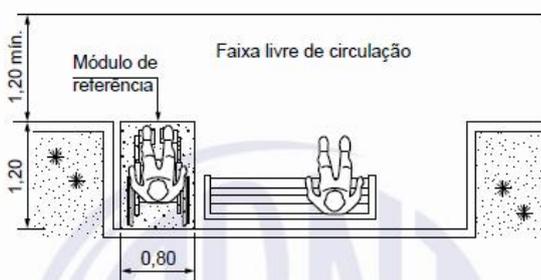


Figura 134 – Banco – Área para transferência – Exemplo – Vista superior

Fonte: NBR 9050/2020.

5.3.5 Mobiliário

As bilheterias e balcões devem estar próximos aos acessos, ser de fácil identificação e estar em rotas acessíveis. Além disso, conter locais de informação acessível com largura mínima de 0,90m e altura de 0,90m a 1,05m.

Nas mesas de trabalho ou mesas de refeição também se aplicam medidas mínimas que garantem a acessibilidade do mobiliário, conforme a figura.

Figura 46 – Mobiliário acessível

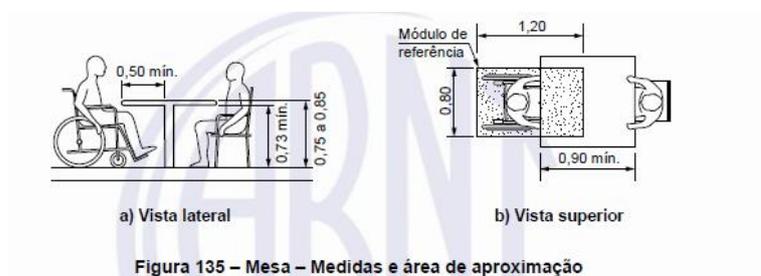


Figura 135 – Mesa – Medidas e área de aproximação

Fonte: NBR 9050/2020.

5.3.6 Cinemas, teatros, auditórios e similares

Na área destinada ao público, os assentos reservados para a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida devem estar distribuídos nos diferentes setores com as mesmas condições que os demais.



Figura 47 – Espaço para PCR em plateias



Figura 144 – Espaços para P.C.R na última fileira – Vista superior

Figura 145 – Espaços para P.C.R em fileira intermediária – Vista superior

Fonte: NBR 9050/2020.

Figura 48 – Ângulo visual em plateias

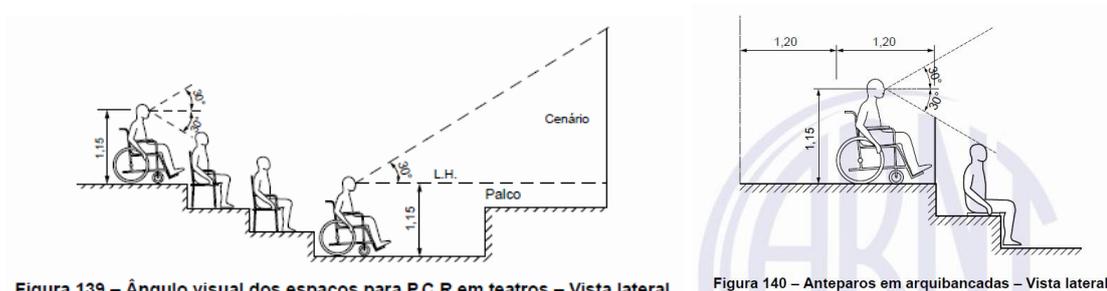


Figura 139 – Ângulo visual dos espaços para P.C.R em teatros – Vista lateral

Figura 140 – Anteparos em arquibancadas – Vista lateral

Fonte: NBR 9050/2020.

Os desníveis entre acesso, palco e plateia podem ser vencidos com rampas de 0,90m de largura e inclinação de 16,66% para vencer uma altura de até 0,60m, e 10% para alturas superiores a 0,60m.

Quanto aos camarins, quando houver um único unissex sua instalação sanitária deve ser acessível.

5.3.7 Atendimento ao público

Em locais de espera 5% dos assentos, com no mínimo um, devem ser reservados para P.O (pessoa obesa).

Em locais de espera 5% dos assentos, com no mínimo um, devem ser reservados para P.C.R.



6



6 PROPOSTA ARQUITETÔNICA

6.1 Diretrizes

Figura 49- Diretrizes



Fonte: Autora.

6.1.1 Valor

Construir uma arquitetura que represente o significado de um Centro Administrativo e Cívico para a cidade.

Assim como a organização urbana de uma cidade transmite o quanto ela é próspera, e demonstra mais facilmente suas potencialidades (moradia, turismo, comércio, indústria), a arquitetura do centro administrativo, o coração da cidade, deve representar o mesmo, o valor de uma sociedade, sua credibilidade e organização.

Compor um espaço público, aberto e construído, pensado na população, no atendimento de suas necessidades e no convite para a socialização é essencial também para inspirar o sentimento de orgulho e apropriação por parte dela.

6.1.2 Lugar

Valorizar o entorno levando suas particularidades para dentro do Centro Cívico, tirando partido das visuais e conexão com a cidade. Esta conexão com o entorno é importante, além do caráter simbólico de trazer a cidade para dentro de um centro de tomada de decisões a favor da mesma, mas também para ser segundo Kevin Lynch (1997), um marco referencial, um local de fácil identificação e localização.

6.1.3 Conexão: Conectar e aproximar a comunidade

Conforme Jan Gehl (2013), é importante que as áreas urbanas sejam multifacetadas, mesclando atividades necessárias para o dia-dia (trabalho, escola e etc.) e opcionais (lazer ativo e passivo), para que a cidade seja um lugar de encontro e assim se fortaleça todas as formas de atividade sociais.



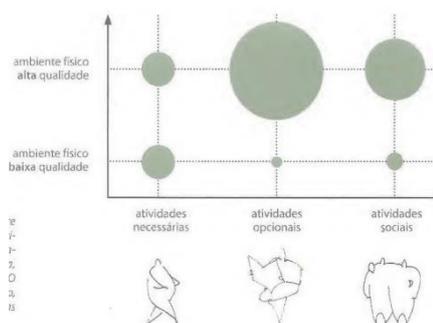
A conexão pretendida na proposta é justamente essa, criar um local funcional como centro administrativo e comunitário, e integra-lo por meio do espaço público aberto, mesclando atividades e promovendo encontros que fortaleçam as atividades sociais e incentivem a população a exercer sua cidadania.

6.1.4 Espaço público

Promover um espaço público (tanto aberto quanto edificado) de sucesso, inserindo ativos que impulsionem a apropriação do lugar.

“Grandes espaços públicos são aqueles locais onde se realizam celebrações, onde ocorrem trocas sociais e econômicas, onde os amigos se encontram e onde as culturas se misturam.” (Project for Public Spaces | EUA)

Figura 50 - Qualidade dos ambientes externos e atividades ao ar livre

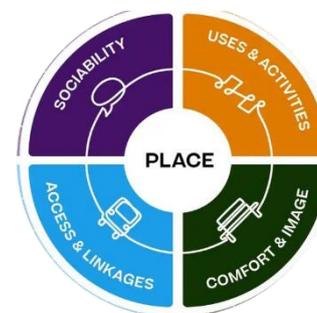


Fonte: Jan Gehl “Cidade para pessoas” (2013, p.21)

Projetar um belo espaço público, com uma boa arquitetura e respeito a natureza não é sinônimo de sucesso na apropriação pela comunidade, e sim a base para que tudo aconteça. Para que se faça um bom lugar é preciso que ele siga algumas diretrizes:

- Esteja conectado a cidade e com fácil acesso;
- Seja um lugar confortável, seguro e acolhedor, um convite ao usufruto pela população;
- Seja dotado de diferentes ativos, usos e atividades que tornam o lugar vivo e movimentado todos os dias e em diferentes horários, com diferentes atividades (importância de unir no Centro Cívico, além das atividades executivas e legislativas, a atividade cultural e social através do auditório e dos espaços abertos);

Figura 51 – Diretrizes para um espaço público de qualidade



Fonte: PPS “Project For Public Spaces”

6.1.5 Racionalidade: Arquitetura pertinente

Mahfuz (2003) dispõe quatro critérios projetuais contemporâneos para a construção de uma arquitetura pertinente, são eles: **economia, rigor, precisão e universalidade**. Onde o critério “economia” está ligado a economia de meios, o uso do menor número possível de elementos, físicos e conceituais, para resolver a arquitetura. O critério “precisão” é conceber e construir com exatidão, acentuando a identidade formal e com ela o seu entendimento, através dos sistemas de relações internas e externas que a configuram. O “rigor” significa



focar a concepção arquitetônica naquilo que é essencial para o programa, lugar ou processo construtivo. Este rigor deve ser aplicado da mesma forma na escolha "dos elementos que materializam a estrutura formal. Por fim, o critério de "universalidade" está relacionado a uma estrutura formal consistente, que permita que a forma seja reconhecida por si mesma e seja flexível, para que se adapte as necessidades vindas com o tempo e permaneça digna e útil.

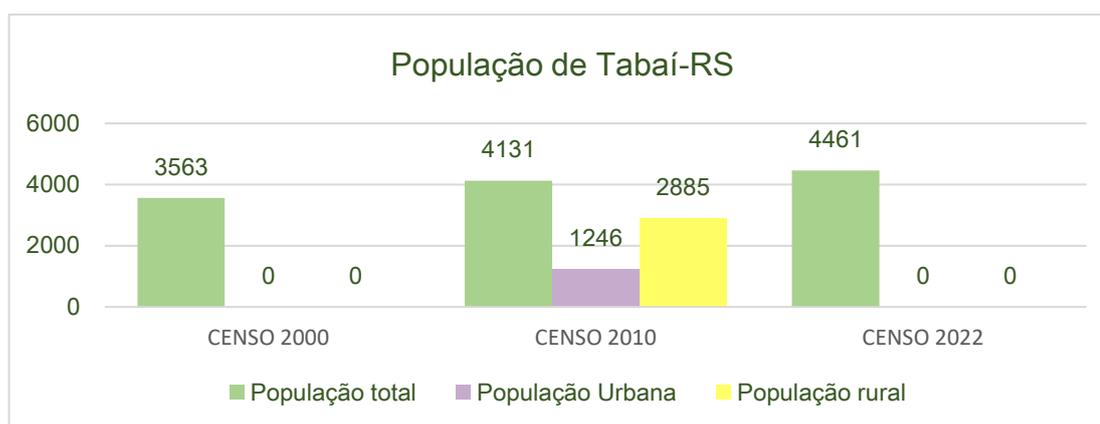
Uma arquitetura econômica não é simples, mas elementar. É possível fazer uma grande obra com poucos elementos, sem abrir mão do que é necessário para sua funcionalidade, conforto e segurança. Este conceito, principalmente em um projeto público, é de grande relevância na busca pelo melhor aproveitamento dos recursos.

6.1.6 Crescimento: Análise de crescimento populacional

Desde o primeiro CENSO, em 2000, até o atual, realizado em 2022, a população de Tabai cresceu 20%. Portanto, significa que, em média, o número de habitantes tem crescido 0,91% ao ano. Além disso é interessante perceber o percentual da população urbana versus a rural, presente no CENSO de 2010, onde a população rural detém 70% do total.

Com o aumento da população cresce proporcionalmente a necessidade de servidores públicos e a capacidade de atendimento aos habitantes. Esta é uma importante diretriz para ser considerada no projeto do centro cívico.

Tabela 3 - Análise do crescimento populacional de Tabai



Fonte: www.oim.tmunipal.org.br e IBGE

6.2 Setores

6.2.1 Executivo: Prefeitura Municipal

Gabinetes: Ao Prefeito e Vice-prefeito, compete representar o município e exercer, com o auxílio dos secretários, a direção da Administração Municipal.



Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Urbano: Segundo a Lei 1504/2017, Art. 5º compete a secretaria o desenvolvimento e execução da legislação relativa ao planejamento e desenvolvimento urbano (Plano Diretor Estratégico, Planos Regionais das Subprefeituras, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e Operações Urbanas). Atualmente a secretaria conta com o secretário e nenhum funcionário.

Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico: Segundo a Lei 1337/2014, Art. 26º a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio e Desenvolvimento Econômico tem como competência organizar e fomentar todas as atividades industriais, comerciais e de serviços do Município, atraindo novos investimentos industriais e promovendo políticas públicas de desburocratização de atividades industriais e comerciais. Atualmente o município conta somente com o secretário e nenhum funcionário.

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Segundo o Artigo 6º da lei 1505/2017, a esta secretaria compete as políticas tributária e financeira do município, nela se encontram os principais setores que compõem o poder executivo (compras, empenhos, tesouraria, RH, licitações, jurídico e contábil). Atualmente possui **dezoito** funcionários e o prefeito assume o cargo de secretário.

Secretaria Municipal de Agricultura, Reflorestamento e Desenvolvimento Rural: Segundo a Lei 1337/2014, Art 12º, a esta secretaria compete administrar as políticas de desenvolvimento do meio rural de forma sustentável, e atender e orientar diretamente os agricultores, entre outras atividades. Atualmente conta com um secretário e **sete** funcionários, destes três são internos e quatro prestam serviços externos (operadores de implementos agrícolas). Em conjunto a secretaria funciona a Emater/RS, colaborando no incremento da produção e qualidade das famílias agricultoras através do planejamento, gestão das propriedades e profissionalização.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo: Segundo a lei 1337/2014 Art. 15º, a secretaria tem como competência o desenvolvimento da política educacional, desde a administração das escolas e orientação pedagógica até o que diz respeito a alimentação escolar, material didático, transporte e outros aspectos. Além disso executar programas de incentivo à cultura e fomento ao turismo. Ao todo conta com noventa e seis funcionários além do secretário, porém neste número estão inclusos os profissionais que atuam em todas as escolas da rede pública, enquanto no centro administrativo estão apenas três funcionários internos.

Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Trânsito: Segundo a lei 1337/2014 Art. 28 a secretaria tem por competência o planejamento e execução das atividades de construção, manutenção e conservação de obras públicas municipais e instalações para



prestação de serviços à comunidade. Atualmente conta com o secretário e **vinte e um** funcionários.

Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura: Segundo a Lei 1337/2014 Art. 32º a secretaria tem por competência a execução das atividades de planejamento municipal, como a elaboração de Plano Plurianual, leis orçamentárias, estudos urbanísticos, fiscalização do uso do solo e de construções públicas e particulares, visando o atendimento das leis, etc. Atualmente o setor não conta com um secretário, e possui **quatro** funcionários internos.

Secretaria Municipal do Esporte: Segundo a lei 1504/2017 Art. 2º compete à secretaria promover e incentivar o esporte, lazer e atividade física, por meio de planos, programas e projetos que visem a inclusão e desenvolvimento social no município. Atualmente conta com um secretário e nenhum funcionário.

Seguindo um padrão de descentralização de algumas secretarias nas referências contextuais, a Secretaria de Saúde não será contemplada na proposta do centro administrativo pois localiza-se junto a principal unidade de saúde da cidade, onde sua funcionalidade é otimizada. Além disso, parte da Secretária de Obras e Agricultura, que contempla veículos pesados, equipamentos e oficina, também não será contemplada visto a necessidade de uma grande área de terreno, que hoje ocupa um espaço que pode agregar potencialmente na construção do centro cívico.

6.2.1.1 Organograma geral

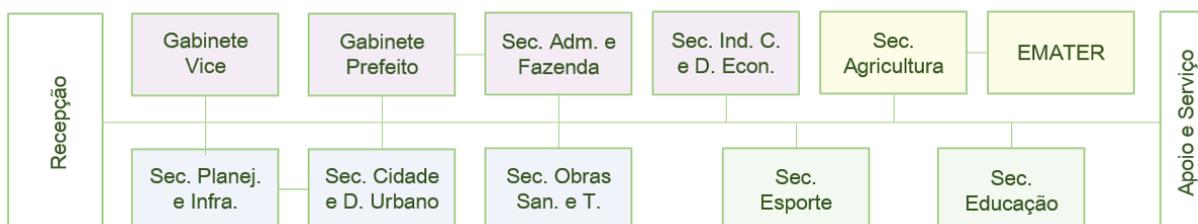
O organograma geral foi organizado através de cores e conexões, demonstrando quais as secretarias que se complementam, e por isso é interessante estarem próximas, e quais além de próximas devem ter uma ligação direta entre si, buscando uma melhor funcionalidade.

Figura 52 - Setores das secretarias



Fonte: Autora.

Figura 53 - Organização geral do programa do Centro Administrativo do Poder Executivo



Fonte: Autora.



6.2.1.2 Programa de necessidades

Tabela 4 - Programa de Necessidades Poder Executivo

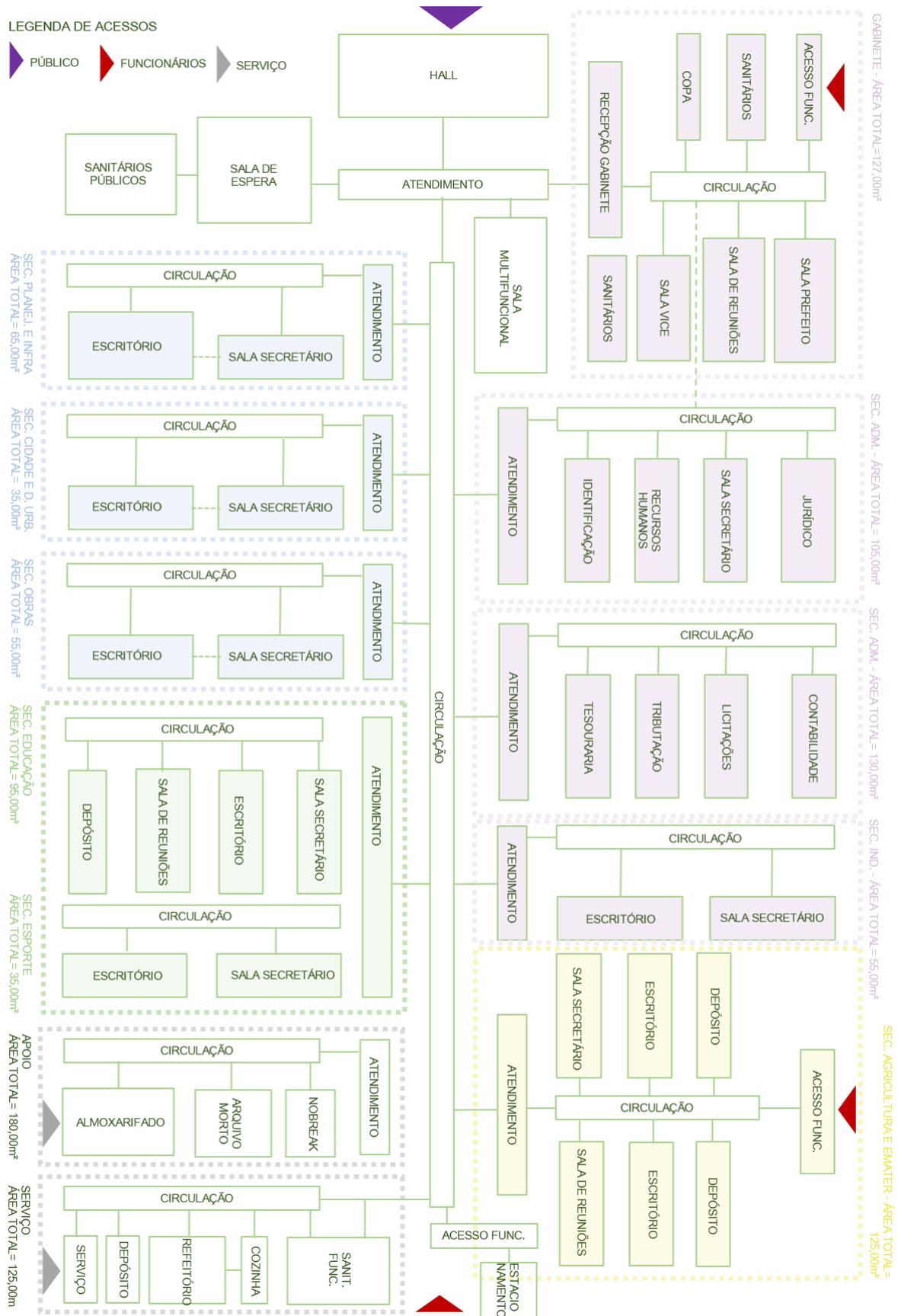
Executivo				
Setor	Ambiente	Descrição	Nº de ocupantes	Área (m²)
GABINETE PREFEITO	Recepção gabinete	estação de trabalho do assessor e sala de espera	1	15
	Sala prefeito	estação de trabalho e poltronas para recepção	1	40
	Sala de reunião	mesa de reuniões para acomodar 15 pessoas	15	30
	Copa	pequeno espaço com cafeteira, micro-ondas e frigobar	-	10
	Sanitário	-	1	6
GABINETE VICE	Sala vice	estação de trabalho e poltronas para recepção	1	20
	Sanitário	-	1	6
RECEPÇÃO	Hall	-	-	-
	Atendimento	balcão para recepcionista e telefonista	2	10
	Sala de espera	poltronas para espera	-	-
	Sanitários públicos	feminino, masculino e pcd	8	50
SEC. ADM. E FAZENDA 1	Atendimento	balcão ou "janela" de atendimento ao público	-	10
	Sala secretário	sala privada com uma estação de trabalho	1	25
	Recursos Humanos	duas estações de trabalho	2	20
	Identificação	uma estação de trabalho e espaço para atendimento	1	20
	Jurídico	sala privada com quatro estações de trabalho	4	30
SEC. ADM. E FAZENDA 2	Atendimento	balcão ou "janela" de atendimento ao público	-	10
	Tesouraria	duas estações de trabalho e arquivo	2	20
	Tributação	sala com três estações de trabalho e arquivo	3	25
	Contabilidade	sala com três estações de trabalho e arquivo	3	25
	Licitações	sala com três estações de trabalho e arquivo	3	25
SEC. INDUSTRIA E COMERCIO	Atendimento	balcão ou "janela" de atendimento ao público	-	10
	Escritório geral	auxiliar adm.	1	20
	Sala secretário	sala privada com uma estação de trabalho	1	25
SEC. PLAN. E INFRA.	Atendimento	balcão ou "janela" de atendimento ao público	-	10
	Sala secretário	sala privada com uma estação de trabalho	1	25
	Escritório geral	(Arq. Urb., Eng., Topógrafo) sala com 3 estações de trabalho com mobiliário adequado e arquivo	3	30



SEC. CIDADE E DESENVOLVIMENTO	Atendimento	balcão ou "janela" de atendimento ao público	-	10
	Sala secretário	sala privada com uma estação de trabalho	1	25
SEC. DE OBRAS SANEAMENTO E TRANSPORTES	Atendimento	balcão ou "janela" de atendimento ao público	-	10
	Sala secretário	sala privada com uma estação de trabalho	1	25
	Escritório geral	Estações de trabalho	2	20
SEC. ESPORTE	Atendimento	balcão ou "janela" de atendimento ao público	-	10
	Sala secretário	sala privada com uma estação de trabalho	1	25
SEC. EDUCAÇÃO	Atendimento	balcão ou "janela" de atendimento ao público	-	10
	Secretário	sala privada com uma estação de trabalho	1	25
	Escritório geral	(Nutricionista, Coordenador pedagógico)	1	30
	Sala reuniões	mesa para reuniões	5	20
	Depósito	-	-	10
SEC. AGRICULTURA	Atendimento	balcão ou "janela" de atendimento ao público	-	10
	Secretário	sala privada com uma estação de trabalho	1	25
	Escritório geral	(tec. agrícola, veterinário) estações de trabalho	2	30
	depósito	armazenamento de equipamentos	-	10
EMATER	Escritório	estações de trabalho	2	20
	Sala reuniões	sala com isolamento acústico	4	20
	Depósito	equipamentos	-	10
APOIO	Sala multiuso	espaço para reuniões ou eventos internos	40	70
	Almoxarifado	uma estação de trabalho e prateleiras	-	50
	Arquivo	local para armazenamento de documentos	-	50
	Sala nobreak	sala fechada com climatização	-	10
SERVIÇO	Sanitários	3 conjuntos fem. e masc. e 1 conjunto familiar	7	45
	Cozinha	pia, fogão, geladeira, micro-ondas e copa	-	20
	Refeitório	Mesas e cadeiras	20	50
	Depósito	Materiais de limpeza	-	10
	Área descanso	-	-	-
	Estacionamento	-	-	-
ÁREA TOTAL				1.257,00
ÁREA TOTAL COM CIRCULAÇÃO E PAREDES (+20%)				1.508,40



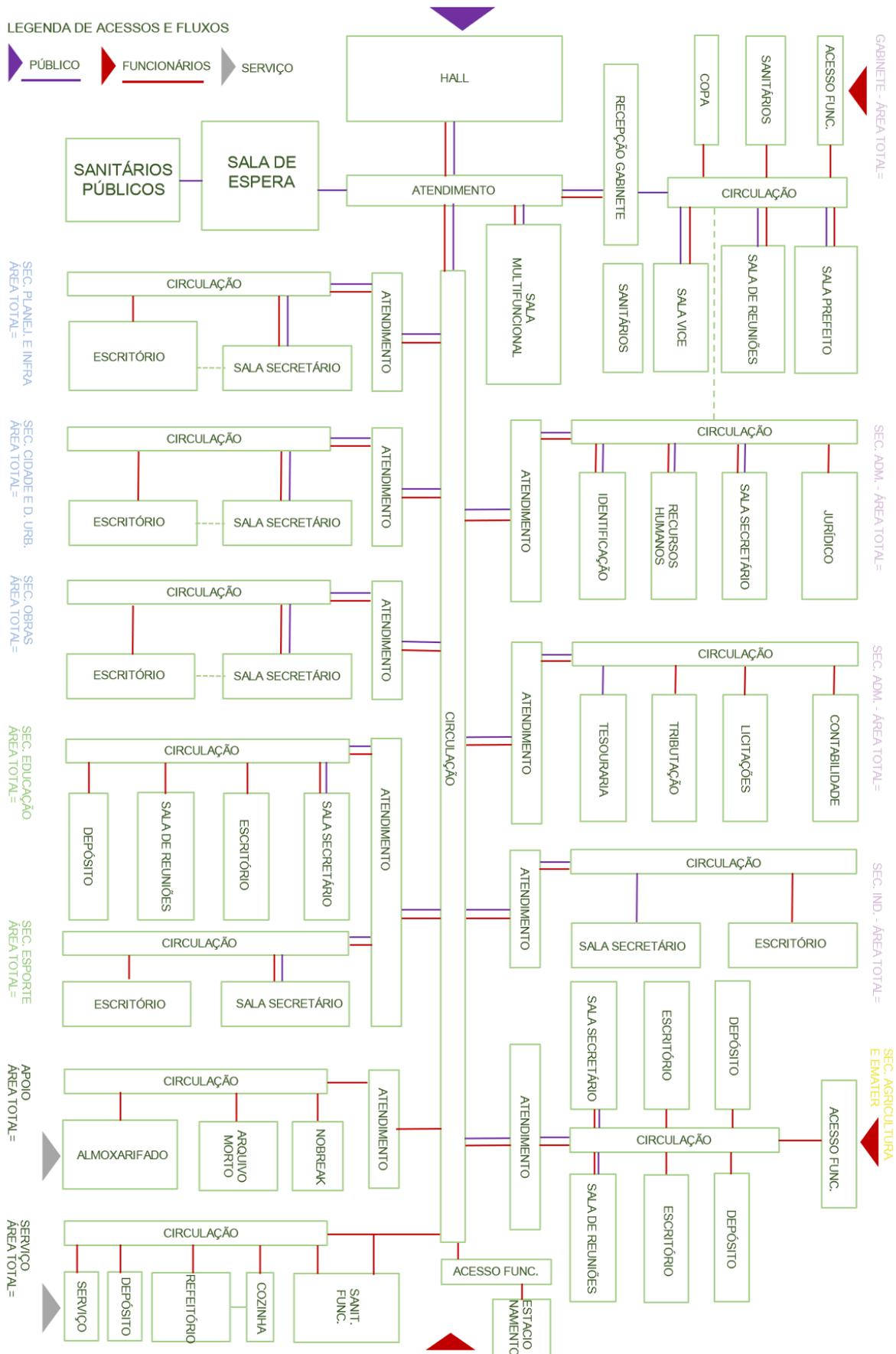
6.2.1.3 Organograma expandido





6.2.1.4 Fluxograma

LEGENDA DE ACESSOS E FLUXOS

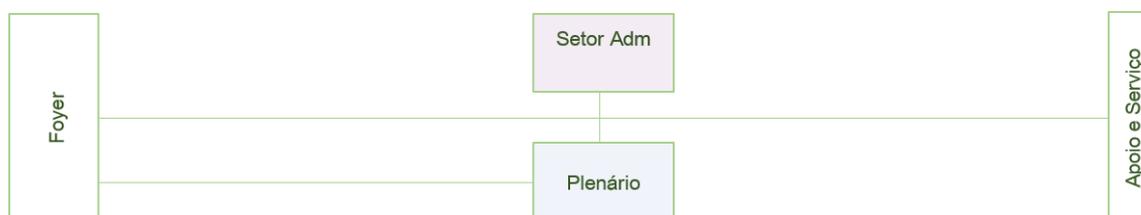




6.2.2 Legislativo: Câmara de Vereadores

6.2.2.1 Organograma geral

Figura 54 - Organização geral do programa do Centro Administrativo do Poder Legislativo



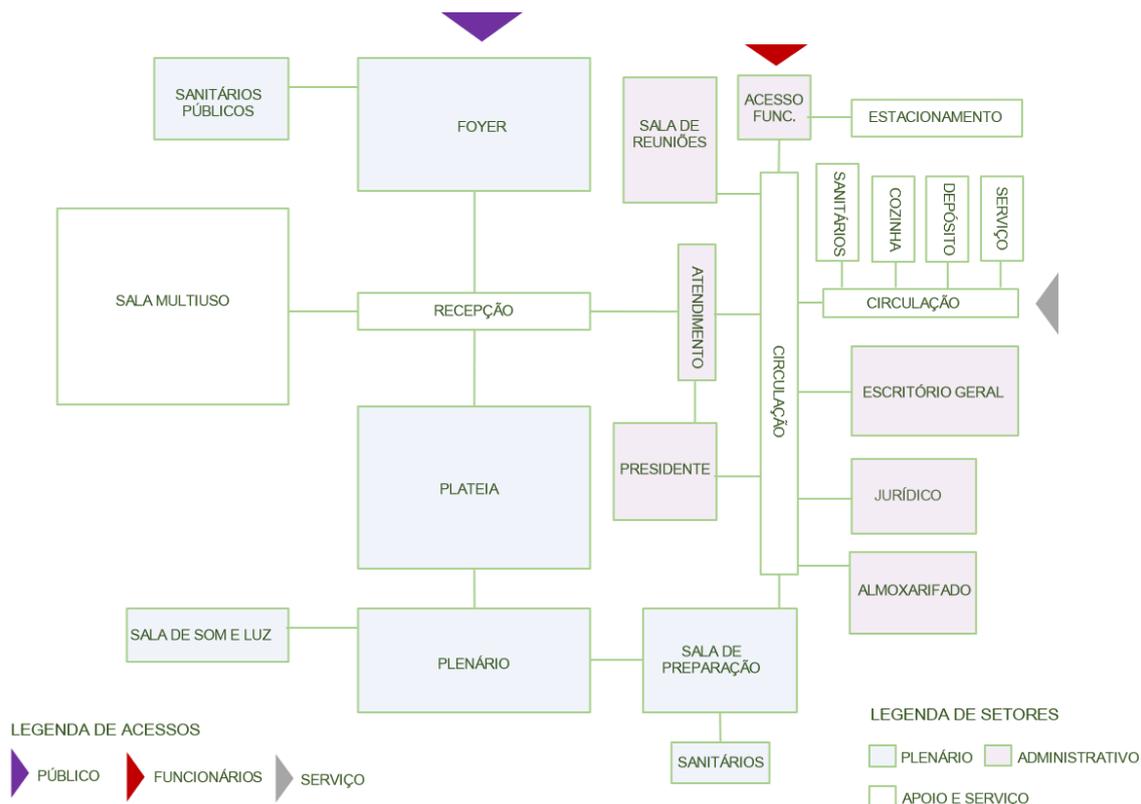
6.2.2.2 Programa de necessidades

Tabela 5 - Programa de Necessidades Poder Legislativo

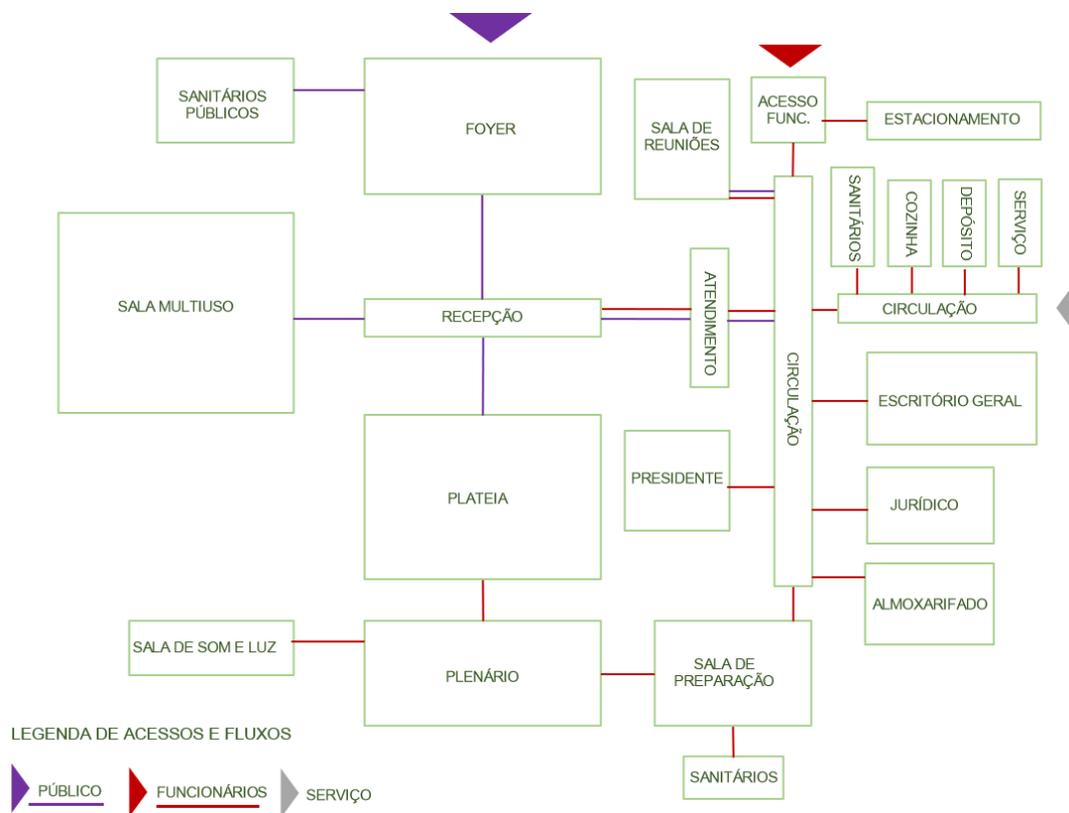
Legislativo				
Setor	Ambiente	Descrição	Nº de ocupantes	Área (m²)
SETOR ADMINISTRATIVO	Atendimento	balcão de atendimento ao público	1	10
	Escritório geral	quatro estações de trabalho e arquivo	4	40
	Sala reuniões	sala para reuniões dos funcionários	6	30
	Sala jurídico	sala privada com uma estação de trabalho	1	25
	Sala presidente	sala privada com uma estação de trabalho e espaço para reunião	1	25
	Almoxarifado	uma estação de trabalho e prateleiras	-	30
PLENÁRIO	Foyer	recepção	60	70
	Plateia	60 lugares	60	80
	Plenário	9 lugares (duas mesas em formato de semicírculo) e púlpito	9	40
	Sala de preparação	mesa de reuniões para os nove vereadores e funcionários	15	30
	Sala de som e luz	-	1	10
	Sanitários	feminino e masculino com 3 conjuntos e um familiar	7	45
SERVIÇO	Cozinha	pia, fogão, geladeira, micro-ondas e copa	-	15
	Depósito	limpeza	-	10
	Sanitários	1 conjunto feminino, 1 masculino e 1 familiar	3	12
APOIO	Espaço multiuso	eventos, reuniões	-	80
	Estacionamento	-	-	
ÁREA TOTAL				475,00
ÁREA TOTAL COM CIRCULAÇÃO E PAREDES (+20%)				570,00



6.2.2.3 Organograma expandido



6.2.2.4 Fluxograma

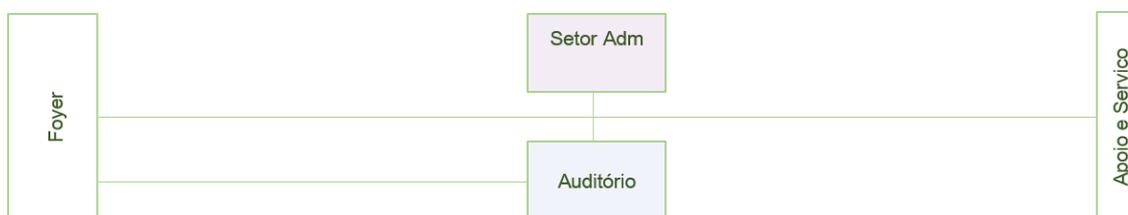




6.2.3 Equipamento Comunitário: Auditório

6.2.3.1 Organograma geral

Figura 55 – Organização geral do programa do Auditório



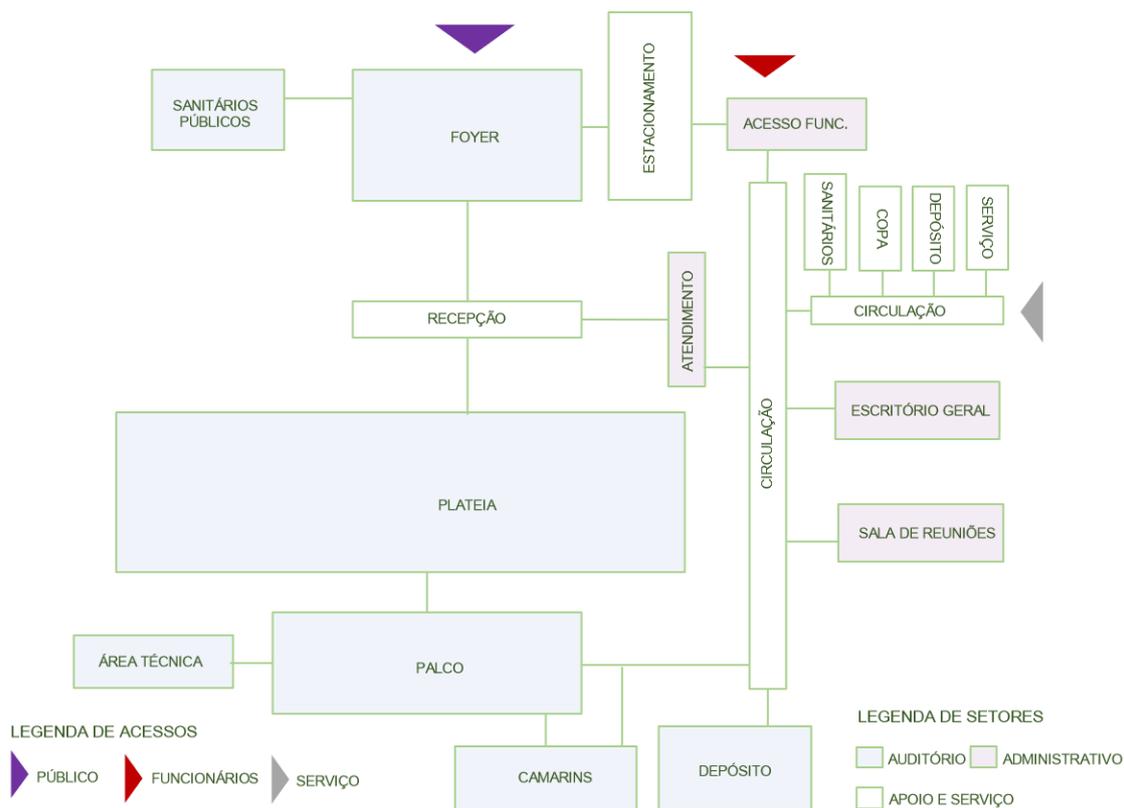
6.2.3.2 Programa de necessidades

Tabela 6 – Programa de Necessidades Auditório

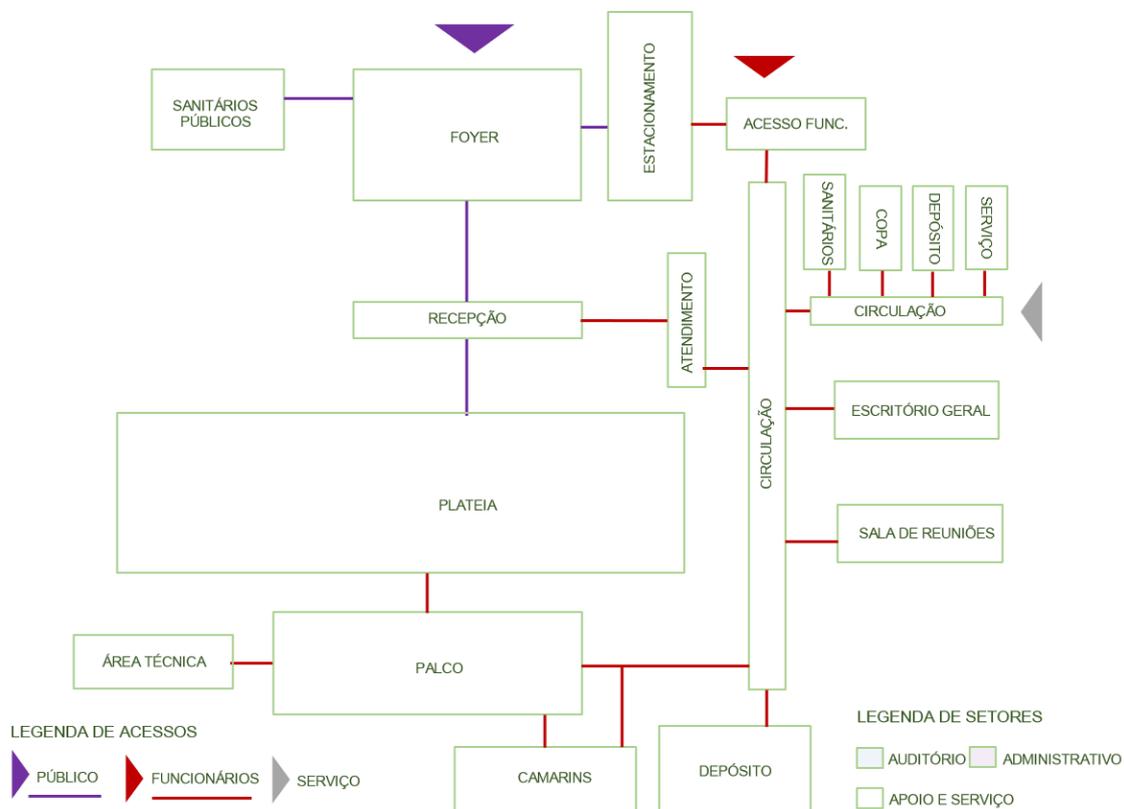
Auditório				
Setor	Ambiente	Descrição	Nº de ocupantes	Área (m²)
AUDITÓRIO	Foyer	balcão de atendimento ao público	-	-
	Sanitários	-	-	-
	Plateia	quatro estações de trabalho e arquivo	300	270
	Palco	-	-	80
	Camarins	duas salas de troca de figurino com um sanitário cada	1	50
	Depósito	espaço para acomodar objetos e equipamentos utilizados no auditório	1	50
	Área técnica	controle de som, luz, áudio e vídeo	2	10
ADMINISTRATIVO	Atendimento	recepção	-	10
	Escritório	duas estações de trabalho e arquivo	2	30
	Sala de reuniões	mesa de reuniões para os nove vereadores e funcionários	15	30
	Sanitários	-	-	-
APOIO E SERVIÇO	Copa	pequeno espaço com cafeteira, micro-ondas e frigobar	-	10
	Depósito	-	-	20
	Serviço	-	-	15
	Área técnica	instalações	-	-
ÁREA TOTAL				575,00
ÁREA TOTAL COM CIRCULAÇÃO E PAREDES (+20%)				690,00



6.2.3.3 Organograma expandido



6.2.3.4 Fluxograma





6.2.4 Espaços abertos: Praça e entorno

Revitalizar a praça e criar espaços públicos abertos através da disposição das novas edificações. Tais espaços públicos abertos serão espaços efêmeros, não terão um uso específico, portanto não terão um programa de necessidades a ser atendido.

Praça Cívica: espaço aberto e livre, que possibilite a reunião de pessoas, sem barreiras ou obstáculos visuais.



Áreas verdes: áreas arborizadas distribuídas pelo terreno para proteger o usuário e integrá-lo a natureza e o clima.



Áreas de apoio: bebedouros, chimarródromo e sanitários para atender os usuários.



Substituição de playgrounds tradicionais por espaços lúdicos, que estimulem a criatividade das crianças.

Figura 56 - Imagens ilustrativas de espaços lúdicos em praças



Fonte: Archdaily



7



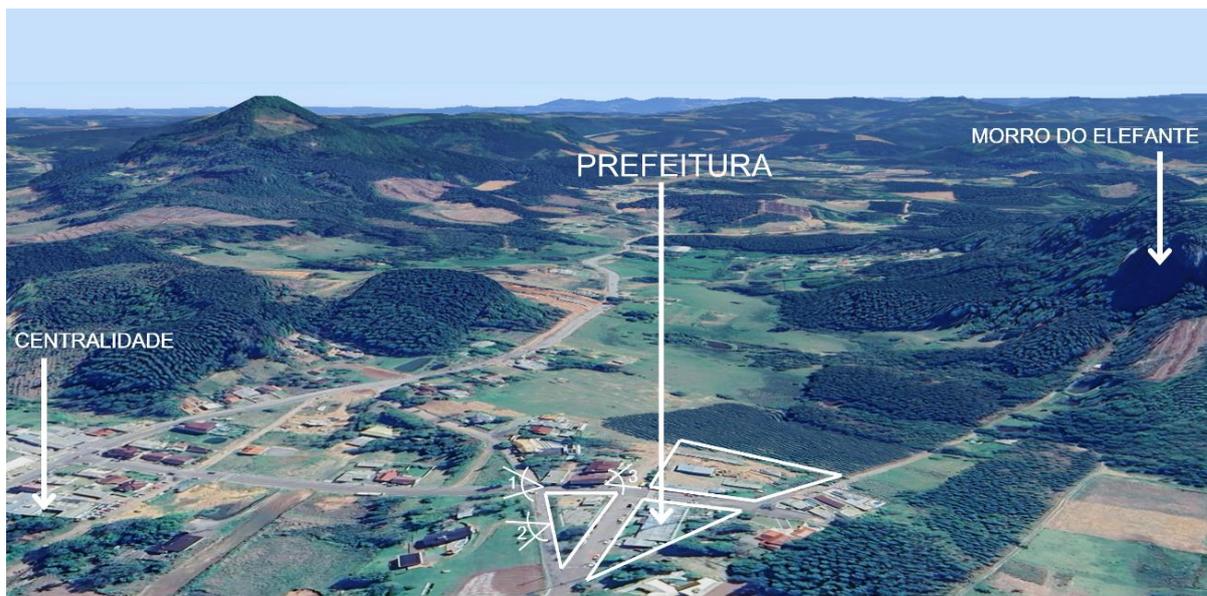
A orquídea é a flor símbolo do município.



7 LANÇAMENTO ARQUITETÔNICO PRELIMINAR

A elaboração da proposta foi baseada nas diretrizes e pré-dimensionamento apresentados. Buscando valorizar o lugar e suas particularidades, a figura 37 mostra o contexto do terreno em relação ao entorno imediato e as visuais das quais a proposta toma partido.

Figura 57 - Vista aérea para contextualização para a proposta



Fonte: Google Earth

O entorno, com vista privilegiada para a cidade, é incorporado a proposta. Ao observar a visual 3, inserida na figura 54, é possível perceber com clareza a proximidade com um importante marco natural, o Morro do Elefante, uma formação rochosa que tem como peculiaridade a semelhança com a cabeça do animal.

Figura 58 - Visuais valorizadas na proposta



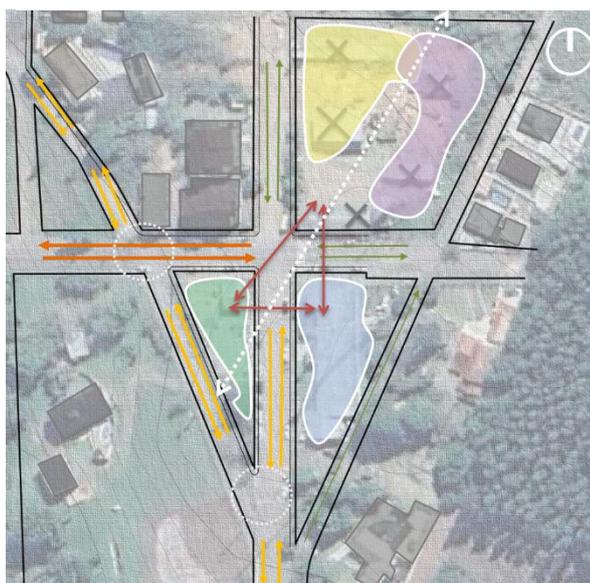
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A proposta mantém a edificação da prefeitura em seu local original, que já possui um caráter simbólico para a população e ocupa um local privilegiado por sua visualização para e perante a cidade. A Câmara de vereadores e o auditório ocupam, juntos, o terreno maior e se distribuem no entorno de um eixo principal traçado na direção da visual para o marco natural.



Figura 59 - Diagrama de justificativa da proposta

As manchas de setorização se unem na possibilidade de um acesso comum entre eles, visto que o auditório será utilizado com menos frequência que a Câmara, e uma conexão poderia facilitar o controle e manutenção do mesmo.



Legenda:

- ↔ Eixo visual pretendido
- ↔ Conexão pretendida
- ✕ Edificações e equipamentos da sec. Obras e Agricultura (garagens e oficina)
- Setor Prefeitura
- Setor Praça cívica
- Setor Câmara de vereadores
- Auditório
- Via com maior fluxo
- Via com médio fluxo
- Via com baixo fluxo
- Nós viários com maior conflito

Fonte: Diagrama feito pela autora sobre imagem do Google Earth

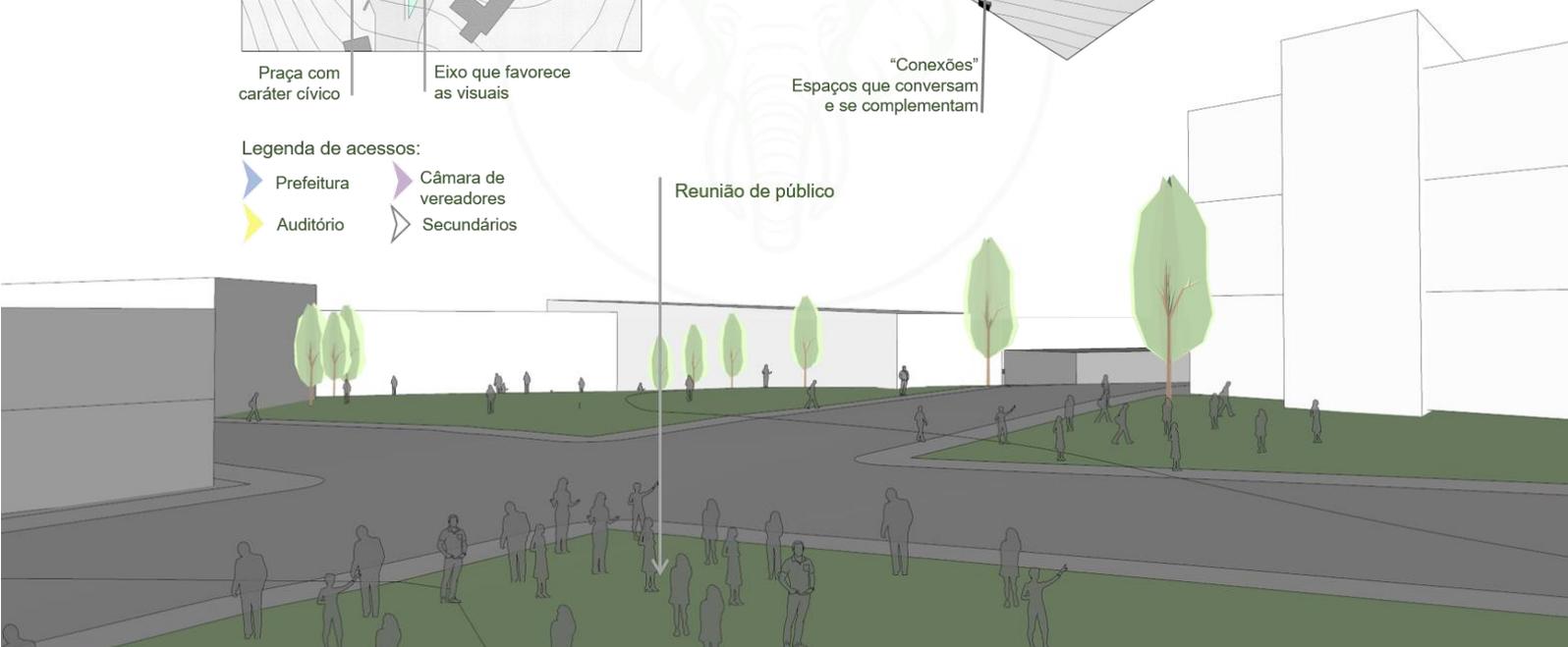
A Praça Cívica

deve ter seu espaço principal (reunião de público para manifestações da população e demais eventos cívicos) na extremidade norte, conectando-se a prefeitura e aos demais espaços abertos.



Legenda de acessos:

- ▶ Prefeitura
- ▶ Câmara de vereadores
- ▶ Auditório
- ▶ Secundários





8



8 REFERÊNCIAS

Livros

DALLARI. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo, 1998.

GEHL, Jan. *Cidade para Pessoas*. 2 ed. Tradução Anita Di Marco. São Paulo, 2013.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, M. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

ROBBA, Fabio. MACEDO, Silvio Soares. *Praças Brasileiras*. São Paulo, 2002.

SANTOS, Carlos Nelson F. *A Cidade Como Um Jogo de Cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. São Paulo: Projeto Editores, 1985.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

Artigos e publicações

CABRAL, Danielle Miranda. *Espaços e equipamentos de lazer da cidade: realidades e possibilidades em Belém*, 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura), Universidade Federal do Pará, 2010. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/3conceno/3conceno/paper/viewFile/4657/2230>. Acesso em: 7 abril 2024.

DUARTE, Taís dos Santos. REICHERT, Bárbara. RECH, Gracielle Rodrigues da Fonseca. *Centros Culturais e de Convivência em Prol da Sociedade*. Revista Infinity, vol. 7, 2022. Disponível em: <file:///D:/Arquivos%20do%20Usu%C3%A1rio/Downloads/CENTROS+CULTURAIIS+E+DE+CONVIV%C3%8ANCIA+EM+PROL+DA+SOCIEDADE.pdf>. Acesso em: 07 abril 2024.

GOBBI, Alessandra. *Da Cidade à Casa: Princípios e Elementos de projeto para a promoção da qualidade urbanística e arquitetônica do espaço em áreas residenciais*. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura, Teoria e prática do projeto), Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, 2022. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/27989>. Acesso em: 08 março 2024.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. *De largo a jardim: praças públicas no brasil – algumas aproximações*, 2005. Dissertação (Mestrado em geografia), Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/967/897>. Acesso em: 08 maio 2024.



INTERLICHE, L. R. F. PADOVAN, L. *A implantação de centros culturais como elemento mediador na transformação e revalorização da sociedade*. Disponível em: <http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2015/pdf/arq026.pdf>. Acesso em: 07 abril 2024.

MAHFUZ, Edson da Cunha. *Reflexões sobre a construção da forma pertinente (01)*. 2002. Disponível em: <https://www.mahfuz.arq.br/textos>. Acesso em: 26 abril 2024.

Neighborhood Conservation Code (2010). Disponível em: <http://www.growsmartri.org/training/Neighborhood%20Conservation%20Code.pdf>. Acesso em: 20 março 2024.

PEREIRA, Raquel Machado Marques. *Três Poderes: A Arquitetura Cívica Paulista, 1950-1970*. 2012. 248 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), FAU-MACK, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.xdocomobrasil.com.br/download/artigos/obras/OBR_29.pdf. Acesso em: 02 abril 2024.

SANTOS, Fabiana Pimentel. Davel, Eduardo. Revista Pensamento & Realidade. *Gestão de equipamentos culturais e identidade territorial: potencialidades e desafios*. Revista Pensamento & Realidade, v. 33, n. 1, p. 109-134, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/36082/26616>. Acesso em: 08 maio 2024.

BOVO, Marcos Clair; HAHN, Fábio André; RÉ, Tatiane Monteiro. *Fronteiras: Revista de História. A praça como objeto de estudo de uma pequena cidade*. Fronteiras: Revista de História, Dourados, MS, v. 18, n. 31, p. 431 - 456 Jan./Jun. 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5478>. Acesso em: 05 abril 2024.

Normativas

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ. Lei Nº 120 de 12 de agosto de 1999. *Código de Obras*. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/codigo-de-obras-tabai-rs>. Acesso em: 16 abril 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma técnica nº NBR 9050 de 03 de agosto de 2020. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma técnica nº NBR 9077 de 30 de dezembro de 2001. *Saídas de emergência em edifícios*.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%20%C2%B A%20S%C3%A3o%20Poderes%20da,o%20Executivo%20e%20o%20Judici%C3%A1rio. Acesso em: 20 março 2024.



Páginas

“*O que é cultura? Qual sua importância?*”, 6 set 2021. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/qual-a-importancia-da-cultura>. Acesso em: 07 abril 2024.

“*What Makes a Successful Place?*”, Project for Public Spaces. Disponível em: https://www.pps.org/article/grplacefeat_. Acesso em: 22 maio 2024.

CASTRO, Elizabeth Amorim; CLARA, Zulmara. “*Centro Cívico de Curitiba*”, 2013. Disponível em: <https://www.memoriaurbana.com.br/edificios-publicos-de-curitiba/centro-civico-de-curitiba/>. Acesso em: 27 abril 2024.

“*Vaughan City Hall / KPMB Architects*”, 06 jun 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com/872728/vaughan-city-hall-kpmb-architects>). Acesso em: 15 abril 2024.

ZILLIACUS, Ariana. “*Studio Gang cria 7 estratégias para requalificar espaços cívicos*”, 25 out 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/797949/studio-gang-cria-7-estrategias-para-requalificar-espacos-civicos>. Acesso em: 8 junho 2024.

GHISLENI, Camilla. “*Niemeyer, Le Corbusier e a história do projeto da sede da ONU*”, 29 Out 2023. ArchDaily Brasil. Acessado 25 Jun 2024. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1007797/niemeyer-le-corbusier-e-a-historia-do-projeto-da-sede-da-onu>. Acesso em: 24 maio 2024.

LAUANDE, Francisco. “*A Praça dos Três Poderes*”, maio 2010. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3424>. Acesso em: 16 abril 2024.

“*Centro Cívico de Santo André, Rino Levi*”. Disponível em: <https://www.nelsonkon.com.br/centro-civico-de-santo-andre/>. Acesso em: 19 maio 2024.

“*Prefeitura de Fazenda Vilanova, Turismo*”. Disponível em: <https://www.fazendavilanova.rs.gov.br/turismo/view/37/prefeitura>. Acesso em: 05 maio 2024.

“*Parque Tophane Playground / Carve*”, 10 março 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/997713/parque-toplane-playground-carve>. Acesso em: 10 junho 2024.

SOUSA, Marcia. “*São Paulo ganha praça projetada para crianças na primeira infância*”, 20 julho 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1004199/sao-paulo-ganha-praca-projetada-para-criancas-na-primeira-infancia>. Acesso em: 10 junho 2024.



CASTRO, Fernanda. “Biblioteca e Auditório Público Curno / Archea Associati”, 13 abril 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/764926/biblioteca-e-auditorio-publico-curno-archea-associati>. Acesso em: 24 abril 2024.

“Auditório de Lugo / Paredes Pedrosa”, 11 mar 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/866945/auditorio-de-lugo-paredes-pedrosa>. Acesso em: 20 abril 2024.

“Prefeitura de Tønder / SLETH architects”, 30 mar 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/868187/prefeitura-de-tonder-sleth-architects>. Acesso em: 20 abril 2024.



APÊNDICE A

8.1 ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM O PREFEITO MUNICIPAL

Realizada em 18 de abril de 2024.

Arsênio Pereira Cardoso

63 anos.

Vice-prefeito (1997-2000) Prefeito (2005-2008) (2009-2012) (2017-2020) (2021-2024).

P. Como e porque o local foi escolhido?

A. Deveria ser um local centralizado no município, na época da emancipação a intenção era que o local do centro administrativo estivesse localizado na área entre as duas rodovias, porém não havia disponibilidade no local. No entanto, um habitante cedeu a área de terra onde foi construída a prefeitura, um local igualmente centralizado.

P. Como o prédio funciona atualmente, quantas secretarias? quantos funcionários?

A. Hoje a edificação atende oito, das nove secretarias, com cerca de 250 funcionários internos e externos.

P. O prédio atende de forma apropriada todos os setores?

A. Não atende.

P. Quais as deficiências da infraestrutura atual?

A. Falta espaço para todas secretarias, inclusive espaços de apoio como uma sala de reuniões maior.

P. Há algum tempo se fala da construção de uma nova sede para a prefeitura, porque? Já existe algum desenho/esboço?

A. O prédio da prefeitura foi construído para atender este propósito provisoriamente. Ainda não existe um projeto, porém o que antes não era a prioridade, um novo centro administrativo, hoje é uma necessidade.



P. Sobre os espaços externos para reunião de público? Para que usos?

A. No município existe uma grande carência de espaços públicos abertos para vários fins: atividades culturais; lazer; espaço para pratica de esportes e para atender programas de incentivo à saúde, como é o caso do programa para idosos: Maturidade Ativa.

P. No teu olhar, quais seriam os ambientes importantes e ideias que não existem hoje?

A. Uma nova sala de reuniões; espaços adequados para todas as secretarias e atendimento ao público; e um auditório para a reunião de público, tanto para reuniões com todos os servidores como para reunião da população.

8.2 CAPTAÇÃO DAS NECESSIDADES DE CADA SETOR ATRAVÉS DE ENTREVISTA COM OS SERVIDORES

Realizada em 18 de abril de 2024.

Foram entrevistados pelo menos um servidor de cada setor, onde foram questionadas as necessidades de cada um para uma boa funcionalidade, além de uma opinião geral sobre as carências infra estruturais do centro administrativo.

Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento Urbano: Hoje conta somente com funcionários externos, operadores de máquina e trabalhadores das manutenções urbanas, existe a necessidade de um espaço adequado para estes funcionários.

Secretaria Municipal da Industria, Comércio e Desenvolvimento Econômico: Hoje conta somente com o secretário, nenhum funcionário.

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Estações de trabalho adequadas, espaço para arquivo de documentos; (tesouraria, compras, tributos, RH, Registro, Jurídico, Contabilidade)

Secretaria Municipal de Agricultura, Reflorestamento e Desenvolvimento Rural:

- agricultura: sala secretário, estações de trabalho, atendimento ao público, espaço para funcionários externos
- inspetoria e talões: atendimento ao público, estações de trabalho
- Emater: fazem o trabalho no escritório e em campo, precisam de um espaço para reuniões privadas com os agricultores (tratam muitas vezes sobre valores de renda, dividas e etc, assuntos que requerem sigilo, estações de trabalho, espaço para mural



e pequena biblioteca, mesa de reuniões de equipe, depósito e local para armazenamento de equipamentos utilizados em campo.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo: Salas separadas para secretário e funcionários, além de um espaço de atendimento ao público, e depósito.

Secretaria Municipal de Obras, Saneamento e Trânsito: Assim como as outras secretarias que cuidam principalmente da manutenção da infraestrutura urbana, e com isso, contam além do secretário, somente com funcionários externos e maquinários, a secretaria de obras necessita de um espaço apropriado para estes funcionários e principalmente uma grande área de terra para abrigar estacionamentos e oficina de máquinas pesadas.

Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura: Separar atendimento ao público da parte “técnica” em cada secretaria (as salas devem ter um espaço separado para atendimento, porque acaba atrapalhando os outros funcionários), mobiliário de acordo com a função (engenharia mesas maiores para analisar projetos), armários.

Secretaria Municipal de Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social: Atualmente está localizada junto ao Posto de Saúde, onde opera com melhor funcionalidade por se tratar do principal centro de saúde do município.

Apoio, necessidades gerais para atender o centro administrativo: Auditório; espaço adequado para arquivo morto (armazenamento de documentos físicos que devem ser guardados por um grande período de tempo); espaço adequado para “nobrake”; garagem para veículos oficiais; sanitários; refeitório maior e espaço de descanso para funcionários; depósito para estoque de alimento e materiais que são distribuídos para escolas; recepção ampla com sala de espera;

Em questões de conforto ambiental o maior problema relatado foi o acústico, prejudicando a concentração e com isso a produtividade dos funcionários.



9 ANEXO A

Número total de servidores

Exportado em: 07/05/2024

Transparência Fly

Tabaí - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ

Quadro de pessoal

Última atualização: 06/05/2024 17:52:13

Filtros utilizados para elaboração da consulta: Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ | Ano: 2024 | Mês: Maio

Quantitativo de cargos em Maio de 2024

Tipo de cargo	Total de vagas		Detalhamento	
	Criadas	Preenchidas	Por organograma	
Cargo Efetivo	244	150	144	Servidor Efetivo
			6	Efetivo em Cargo Comissionado
Cargo Comissionado	69	53	47	Servidor Comissionado
			6	Efetivo em Cargo Comissionado
Emprego Público	17	14	14	Emprego Público
Cargo Político	18	9	9	Agente Político

Fonte: Portal da Transparência

Secretários

Exportado em: 07/05/2024

Transparência Fly

Tabaí - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ

Quadro de pessoal

Última atualização: 06/05/2024 17:52:13

Filtros utilizados para elaboração da consulta: Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ | Ano: 2024 | Mês: Maio

Quantitativo de cargos em Maio de 2024

Vagas preenchidas para cargos agentes políticos da entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ		Total de vagas: 9
Secretaria / órgão		Número de vagas
0200 - GABINETE DO PREFEITO		2
0400 - SECUNDE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA		1
0500 - SECUNDA AGRICULTURA REFLORE DESENVURURAL		1
0700 - SECUNDE EDUCAÇÃOOCULTTURE DESP		1
0800 - SECUNDA SAUDEMEIO AMBE ASSISTSOCIAL		1
1000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE		1
1100 - SECUNDA INDÚSTRIA E COME DESECONOMICO		1
1500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		1

Fonte: Portal da Transparência

Cargos comissionados

Exportado em: 07/05/2024

Transparência Fly

Tabaí - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ

Quadro de pessoal

Última atualização: 06/05/2024 17:52:13

Filtros utilizados para elaboração da consulta: Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ | Ano: 2024 | Mês: Maio

Quantitativo de cargos em Maio de 2024

Vagas preenchidas para cargos comissionados da entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ		Total de vagas: 47
Secretaria / órgão		Número de vagas
0200 - GABINETE DO PREFEITO		5
0300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		4
0400 - SECUNDE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA		3
0500 - SECUNDA AGRICULTURA REFLORE DESENVURURAL		3
0600 - SECUNDE OBRASSANEAMENTO E TRANSITO		9
0700 - SECUNDE EDUCAÇÃOOCULTTURE DESP		8
0800 - SECUNDA SAUDEMEIO AMBE ASSISTSOCIAL		12
1500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		3

Fonte: Portal da Transparência



Cargos efetivos

Exportado em: 07/05/2024

Transparência Fly

Tabaí - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ

Quadro de pessoal

Última atualização: 06/05/2024 17:52:13

Filtros utilizados para elaboração da consulta: Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ | Ano: 2024 | Mês: Maio

Quantitativo de cargos em Maio de 2024	
Vagas preenchidas para cargos efetivos da entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAÍ	Total de vagas: 144
Secretaria / órgão	Número de vagas
0300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	14
0500 - SEC MUNDA AGRICULTURA REFLOR DESENV RURAL	4
0600 - SEC MUNDE OBRASANEAMENTO E TRANSITO	12
0700 - SEC MUNDE EDUCACAO CULTURE DESP	88
0800 - SEC MUNDA SAUDE MEIO AMBE ASSISTSOCIAL	21
1000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE	5

Fonte: Portal da Transparência